

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 290/2013

PROCESSO 13.970

PARECER Nº 209/2013

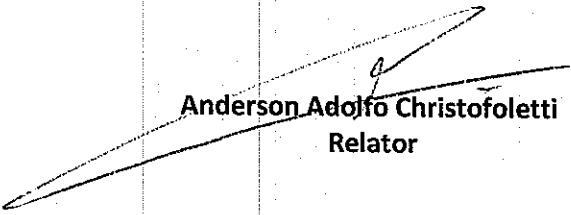
O presente Projeto de autoria do Senhor Prefeito Municipal, altera dispositivos da Lei nº 3.003, de 22 de outubro de 1998, acrescenta o inciso VI, ao seu artigo 3º, revogando, na sua integralidade, a Lei Municipal nº 4.607, de 05 de novembro de 2013.

Esta Comissão opina pela legalidade do mesmo.

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.



João Luiz Zaine



Anderson Adolfo Christofolletti
Relator



Geraldo Luis de Moraes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 290/2013

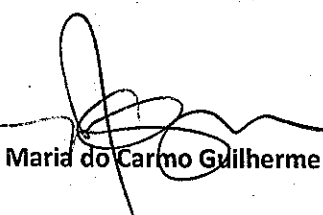
PROCESSO 13.970

PARECER Nº 77/2013

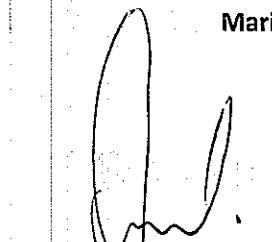
O presente Projeto de autoria do Senhor Prefeito Municipal, altera dispositivos da Lei nº 3.003, de 22 de outubro de 1998, acrescenta o inciso VI, ao seu artigo 3º, revogando, na sua integralidade, a Lei Municipal nº 4.607, de 05 de novembro de 2013.

Esta Comissão opina pela aprovação do mesmo.

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.



Maria do Carmo Guilherme



Dalberto Christofolletti
Relator



João Teixeira Junior

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 290/2013

PROCESSO 13.970

PARECER Nº 144/2013

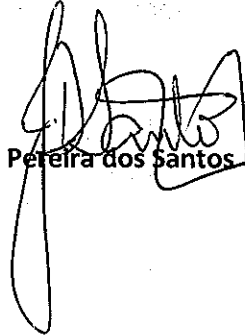
O presente Projeto de autoria do Senhor Prefeito Municipal, altera dispositivos da Lei nº 3.003, de 22 de outubro de 1998, acrescenta o inciso VI, ao seu artigo 3º, revogando, na sua integralidade, a Lei Municipal nº 4.607, de 05 de novembro de 2013.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do mesmo.

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.


José Julio Lopes de Abreu


João Luiz Zaine
Relator


José Pereira dos Santos

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 290/2013

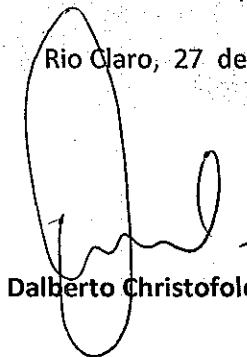
PROCESSO 13.970

PARECER Nº 160/2013

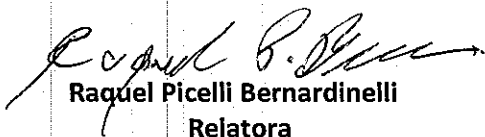
O presente Projeto de autoria do Senhor Prefeito Municipal, altera dispositivos da Lei nº 3.003, de 22 de outubro de 1998, acrescenta o inciso VI, ao seu artigo 3º, revogando, na sua integralidade, a Lei Municipal nº 4.607, de 05 de novembro de 2013.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do mesmo.

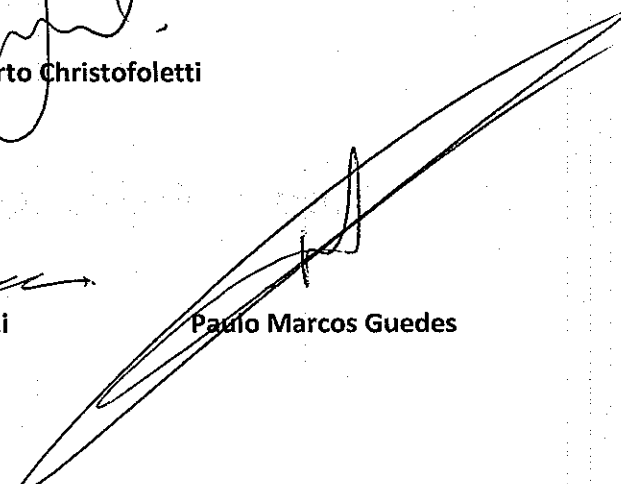
Rio Claro, 27 de novembro de 2013.



Dalberto Christofolletti



Raquel Picelli Bernardinelli
Relatora



Paulo Marcos Guedes



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E. 147/13

Rio Claro, 21 de novembro de 2013

25/NOV/2013 15:21 000002786 SECRETARIA

Senhor Presidente

O projeto ora apresentado visa regulamentar a profissão de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, no âmbito do município, conseqüentemente, regulamentar a Emenda 51/2006 e a Lei Federal n.º 11.350/2006, respectivamente.

A propositura, assim prevê a regularização dos AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE e dos AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS que foram encampados pela Emenda Constitucional n.º 51 de 2006 e que até o presente momento não estão regularizados.

Se aprovada a presente Lei, os agentes comunitários farão parte das profissões e do quadro da Fundação Municipal de Saúde, consolidando assim a estratégia de saúde da família e desprecariando os empregos.

Ainda, o exarado no TC- 1330/010/12 como sentença do Auditor Antonio Carlos dos Santos, em anexo, em síntese, que: "os cargos a que se destinavam não podem ser de natureza temporária, nos termos do estabelecido na Lei Federal 11.350/06".

Os agentes comunitários eram treinados, quando estavam em contato com a população eram dispensados, pois o vínculo era por tempo determinado. Com a aprovação do projeto de lei, em tela, essa situação será efetivamente revertida e atendida ao que estabelece o parecer exarado pelo Auditor.

Revestindo-se, portanto, a propositura de Lei em questão de elevado interesse público, pois envolve toda a comunidade rio-clarense, devido aos serviços que são prestados a população, solicitamos que o Projeto mereça o pronto acolhimento e seja imediatamente remetido a apreciação dessa Egrégia Edilidade e requeremos que a presente matéria tramite em regime de urgência, nos termos do artigo 50, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Contando, com o elevado espírito público de que Vossas Excelências são portadores, aguardamos aprovação desta nossa proposição, como medida da mais lúdima e permanente justiça.

404



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

2.

Sendo essas, em suma, as matérias constantes da proposta legislativa que apresento à apreciação da augusta casa de Leis, prevalecem-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e os Nobres Edis, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
AGNELO DA SILVA MATOS NETO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
RIO CLARO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES

SENTENÇA DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

PROCESSO: TC- 1330/010/12
ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE RIO CLARO
RESPONSÁVEL: MARCO AURÉLIO MESTRINEL - PRESIDENTE
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO
PROCESSOS SELETIVOS Nº 01/10 E 01/11
INTERESSADOS: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, ROSANGELA APARECIDA COSTA DE MATOS, EVELYN DE OLIVEIRA BORRASCA, MARIA DE DEUS ANASTACIO DOS S DA SILVA, PATRICIA OCHSENHOFER VARELA SARAIVA, VAGNER AUGUSTO JUNIOR, DANIELE REGIA MUSSATO LEME, IARA CRISTINA MACEDO, EVILASIO SIMOES DE OLIVEIRA JUNIOR, MARIA NATALIA DE SOUZA, MARIA NEUZA DE OLIVEIRA COVRE, DANIELA FERNANDA CHAGAS NOVAES, CAMILA PICCARD GONCALVES, MARIANA GUARNIERI, FERNANDA DE SOUZA MONTEIRO, TALITA JULIANA MAYER, DAYANE MARIA DE PAULA BUZZO, MARIA CLAUDIA MATHEUS GOMES SILVA, MARIA JOSELANDIA LIMA BARROS, TATIANA ZULATTO, SAMARINA ALVES, FRANCISCO ALEXANDRE SANTOS DA SILVA, MARINA RODRIGUES BRANCO RIBEIRO, ROSELI AP DO NASCIMENTO FAUSTO DE JESUS, MARCELA FERNANDES RAMOS SILVERIO, EDILAINE FERNANDES RIBEIRO ROCHA, ROBERTA ALESSANDRA ISLER, ROSANA APARECIDA DO NASCIMENTO, INGRID VANESSA DA SILVA SOUZA MENEZES, ALINE LUIZA DOS SANTOS MAXIMILIANO COSTA, CAMILLA ROSSINI, ARADIA FERNANDA ZANFELICE, SONIA APARECIDA VICENTE, CINZIA MARIA OUTEIRO PINTO CORBANEZI, **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**, MARIA CECILIA JARDIM, NATALY MANRIQUE ROCHA, MARCELA REGIANE CUNHA, MARCO ANTONIO ZANETTI, ANA CAMILA PIRES DE ANDRADE, JOSIANE APARECIDA DOS SANTOS, GISLAINE CRISTINA APARECIDA BENTO CLARO, ANDRE PEDRESCHI ALUISI, RODOLFO VALENTINO DOS SANTOS, KATIANE APARECIDA BERTIN, DANIELA APARECIDA SILVA, MARCIO RODRIGO DE AMO, KATIUSCA LOJO FERREIRA,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES

SERGIO CARLOS DE SOUZA, JOSIANE MARIA POSTIGO ALVES, CLARIZA MARIANE APARECIDA COSTA GOMES, GISLAINE AIRES DE ANDRADE, ANDRÉ APARECIDO DE SOUZA, MONALISA LOPES DE OLIVEIRA SIQUEIRA, JAINE COLOGRAI DE SOUZA, GISLAINE APARECIDA GRUNVALD, ELIANE CUSTÓDIO DO NASCIMENTO, CESAR PASSADOR SANTOS, **AGENTE DE PREVENÇÃO ÀS DST/HIV/AIDS E H**, PAULA CRISTINA OLIVEIRA DE PAULA, MARCELINO HENRIQUE SCHNEIZLER, MARCELO REICH, INGRID CRISTINA MACEDO, **CADASTRADOR**, TAMARA BARANOV, MIRIAM RIBEIRO DE LIMA CHIMELLO, LUCILA APARECIDA FERNANDES, ADELITA MAIRA LORENZON, MARIA JULIA GUARNIERI BAPTISTA, SILVANA DE OLIVEIRA DA SILVA, ALINE CRISTINA ESTEVAM SOARES, CHRISTIAN MANIAES, LILIANE ZANONI CARVALHO, RITA FRANÇA DE DEUS CERANTOLA, ALINE SPAZIANO, VANESSA GUILHERME MARQUES, CAROLINA BINDILATTI CONTI, MARILEIDE CRISTINA DE ALMEIDA, ANDRESSA GUALBERTO TEIXEIRA, SILENE CRISTINA DE JESUS PINTO TEIXEIRA, SONIA MARIA CORDEIRO, LIDIA RAQUEL PUSANDZE SIMÕES COELHO, SONIA DE OLIVEIRA GAGLIATTO, SILVANA CRISTINA VERTTU, GABRIELA GUALBERTO TEIXEIRA, DEIVIDE ANTONIO CARDOZO COSTA, ERICA FERNANDA BONATO, **SUPERVISOR DE CAMPO AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**, THAIS MILENA DAL PRA RUBIO, BRUNA SANTOS YAMAGAMI, MARINA FRANCESCHINI, IVONE MARINHO DOS SANTOS 2011

EXERCÍCIO:

INSTRUÇÃO:

ADVOGADOS:

UR-10 UNIDADE REGIONAL DE ARARAS / DSF-I

MARCELO PALAVÉRI - OAB/SP 114.164

CAROLINA ELENA M. S. MALTA MOREIRA - OAB/SP 180.710



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES

RELATÓRIO

Em exame atos de admissão de pessoal efetivados pela Fundação de Saúde de Rio Claro, relacionados às fls. 04/11, no exercício de 2011, precedidos dos Processos Seletivos nº 01/2010 e 01/2011.

A Fiscalização (fls. 235/240), não obstante tenha anotado a observância dos princípios regedores do certame e dos limites de gastos da espécie fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, concluiu pela irregularidade da matéria tendo em vista que os cargos a que se destinavam não podem ser de natureza temporária, nos termos do estabelecido na Lei Federal 11.350/06; também não restou comprovada a incidência de surto endêmico que justificasse as contratações.

Salientou, contudo, que os Termos de Ciência e de Notificação estão juntados às fls. 143/200 e 201-A/229.

A conclusão do relatório da Fiscalização ensejou acionamento do artigo 2º, inciso XIII da Lei Complementar nº 709/93, por Despacho de fls. 241/243.

Justificativas da Prefeitura às fls. 251/262, no sentido do acerto das contratações para eventualidades, situações imprevistas e emergenciais. Mais, ainda, que tiveram o escopo de atender a necessidades prementes do setor da saúde em atenção ao Programa Saúde da Família e às modificações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 51/2006 (transcrito às fls. 257), considerando a defesa que "aos gestores municipais foi dado o poder discricionário de admitir agentes comunitários de saúde...". Prossegue discorrendo sobre o princípio da autonomia municipal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES

Analisadas pela Assessoria Técnica e Chefia, fls. 266/267, e pelo MPC, fls. 268/270, as alegações de defesa foram rejeitadas.

DECISÃO

A Emenda Constitucional nº 51/2006, bem como a Lei Federal 11.350/06, datam de 2006 e as admissões em exame, de 2011.

Importante consignar que, desde o exercício de 2007, além deste processo de 2011, há mais dez autuados para tratar de admissões temporárias, conforme cópias juntadas às fls. 273/298, para toda a sorte de cargos, inclusive para Agente de Saúde e Cadastrador como os aqui em exame, além de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Nutricionistas, etc.

A municipalidade passou ao largo da legislação incidente quando contratou, em caráter temporário, Agentes de Saúde, conforme nominados às fls. 235. Também não ofereceu justificativas suficientes às admissões.

Considerando que as admissões temporárias têm sido a rotina da Fundação, não prosperam as justificativas oferecidas. Nesta conformidade e acolhendo as manifestações dos Órgãos de Instrução e Técnico da Casa, nos termos do que dispõe a Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, **JULGO ILEGAIS** os atos de admissão relacionados às fls. 04/11, negando-lhes registro e aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Outrossim, nos termos do artigo 104, inciso II da Lei Complementar nº 709/93, aplico ao responsável, MARCO AURÉLIO MESTRINEL, multa no valor de 200 (duzentas) UFESP's.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES

Ao Cartório para providenciar as comunicações de estilo, ao atual Presidente, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para encaminhamento das providências adotadas a respeito, sob pena de multa, nos termos do artigo 104, inciso III da Lei Complementar n° 709/93.

Decorrido o prazo, sem interposição de recurso, a autoridade deverá ser notificada, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar n° 709/93, para pagamento da multa imposta, implicando o não recolhimento, em sua inscrição em dívida ativa.

Autorizo vista e extração de cópias dos autos no Cartório do Corpo de Auditores, observadas as cautelas de estilo.

Publique-se por extrato.

1. Ao Cartório para:

- a) vista e extração de cópias no prazo recursal;
- b) juntar ou certificar;
- c) aguardar o trânsito em julgado;
- d) oficiar à Prefeitura e à Câmara para que adotem as providências respectivas, nos termos dos incisos XV e XXVII, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual n. 709/93, encaminhando cópia de peças dos autos (sentença), devendo, no prazo de 60 dias, este Tribunal ser informado sobre as providências adotadas, sob pena de multa, nos termos do artigo 104, inciso III da Lei Complementar n° 709/93.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES

e) notificar pessoalmente o Responsável para recolhimento da multa imposta, no prazo de 30 dias;

f) na ausência do recolhimento da multa, adotar as providências necessárias para inscrição do débito na dívida ativa;

g) oficiar ao DD. Ministério Público do Estado.

2. Ao DSF competente para anotações, e demais providências cabíveis.

C.A., em 22 de outubro de 2013

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
AUDITOR

ACS-02

411



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES

PROCESSO: TC- 1330/010/12
ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE RIO CLARO
RESPONSÁVEL: MARCO AURÉLIO MESTRINEL - PRESIDENTE
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO
PROCESSOS SELETIVOS Nº 01/10 E 01/11
INTERESSADOS: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, ROSANGELA APARECIDA COSTA DE MATOS, EVELYN DE OLIVEIRA BORRASCA, MARIA DE DEUS ANASTACIO DOS S DA SILVA, PATRICIA OCHSENHOFER VARELA SARAIVA, VAGNER AUGUSTO JUNIOR, DANIELE REGIA MUSSATO LEME, IARA CRISTINA MACEDO, EVILASIO SIMOES DE OLIVEIRA JUNIOR, MARIA NATALIA DE SOUZA, MARIA NEUZA DE OLIVEIRA COVRE, DANIELA FERNANDA CHAGAS NOVAES, CAMILA PICCARD GONCALVES, MARIANA GUARNIERI, FERNANDA DE SOUZA MONTEIRO, TALITA JULIANA MAYER, DAYANE MARIA DE PAULA BUZZO, MARIA CLAUDIA MATHEUS GOMES SILVA, MARIA JOSELANDIA LIMA BARROS, TATIANA ZULATTO, SAMARINA ALVES, FRANCISCO ALEXANDRE SANTOS DA SILVA, MARINA RODRIGUES BRANCO RIBEIRO, ROSELI AP DO NASCIMENTO FAUSTO DE JESUS, MARCELA FERNANDES RAMOS SILVERIO, EDILAINÉ FERNANDES RIBEIRO ROCHA, ROBERTA ALESSANDRA ISLER, ROSANA APARECIDA DO NASCIMENTO, INGRID VANESSA DA SILVA SOUZA MENEZES, ALINE LUIZA DOS SANTOS MAXIMILIANO COSTA, CAMILLA ROSSINI, ARADIA FERNANDA ZANFELICE, SONIA APARECIDA VICENTE, CINZIA MARIA OUTEIRO PINTO CORBANEZI, **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**, MARIA CECILIA JARDIM, NATALY MANRIQUE ROCHA, MARCELA REGIANE CUNHA, MARCO ANTONIO ZANETTI, ANA CAMILA PIRES DE ANDRADE, JOSIANE APARECIDA DOS SANTOS, GISLAINE CRISTINA APARECIDA BENTO CLARO, ANDRE PEDRESCHI ALUISI, RODOLFO VALENTINO DOS SANTOS, KATIANE APARECIDA BERTIN, DANIELA APARECIDA SILVA, MARCIO RODRIGO DE AMO, KATIUSCA LOJO FERREIRA, SERGIO CARLOS DE SOUZA, JOSIANE MARIA POSTIGO ALVES, CLARIZA MARIANE APARECIDA COSTA GOMES,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES

GISLAINE AIRES DE ANDRADE, ANDRÉ APARECIDO DE SOUZA, MONALISA LOPES DE OLIVEIRA SIQUEIRA, JAINE COLOGRAI DE SOUZA, GISLAINE APARECIDA GRUNVALD, ELIANE CUSTÓDIO DO NASCIMENTO, CESAR PASSADOR SANTOS, **AGENTE DE PREVENÇÃO ÀS DST/HIV/AIDS E H**, PAULA CRISTINA OLIVEIRA DE PAULA, MARCELINO HENRIQUE SCHNEIZLER, MARCELO REICH, INGRID CRISTINA MACEDO, **CADASTRADOR**, TAMARA BARANOV, MIRIAM RIBEIRO DE LIMA CHIMELLO, LUCILA APARECIDA FERNANDES, ADELITA MAIRA LORENZON, MARIA JULIA GUARNIERI BAPTISTA, SILVANA DE OLIVEIRA DA SILVA, ALINE CRISTINA ESTEVAM SOARES, CHRISTIAN MANIAES, LILIANE ZANONI CARVALHO, RITA FRANÇA DE DEUS CERANTOLA, ALINE SPAZIANO, VANESSA GUILHERME MARQUES, CAROLINA BINDILATTI CONTI, MARILEIDE CRISTINA DE ALMEIDA, ANDRESSA GUALBERTO TEIXEIRA, SILENE CRISTINA DE JESUS PINTO TEIXEIRA, SONIA MARIA CORDEIRO, LIDIA RAQUEL PUSANDZE SIMÕES COELHO, SONIA DE OLIVEIRA GAGLIATTO, SILVANA CRISTINA VERTTU, GABRIELA GUALBERTO TEIXEIRA, DEIVIDE ANTONIO CARDOZO COSTA, ERICA FERNANDA BONATO, **SUPERVISOR DE CAMPO AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**, THAIS MILENA DAL PRA RUBIO, BRUNA SANTOS YAMAGAMI, MARINA FRANCESCHINI, IVONE MARINHO DOS SANTOS

EXERCÍCIO:

2011

INSTRUÇÃO:

UR-10 UNIDADE REGIONAL DE ARARAS / DSF-I

ADVOGADOS:

MARCELO PALAVÉRI - OAB/SP 114.164

CAROLINA ELENA M. S. MALTA MOREIRA - OAB/SP 180.710

SENTENÇA:

FLS. 299/304

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, **JULGO ILEGAIS** os atos de admissão dos servidores acima relacionados, negando-lhes registro, aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Outrossim, nos termos do artigo 104, inciso II da Lei Complementar nº 709/93, aplico ao responsável, MARCO AURÉLIO MESTRINEL, multa no valor de 200



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE AUDITORES

(duzentas) UFESP's. Autorizo vista e extração de cópias dos autos no Cartório do Corpo de Auditores, observadas as cautelas de estilo.
Publique-se.

C.A., em 22 de outubro de 2013

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
AUDITOR



IMPACTO FINANCEIRO

(Lei Complementar nº 101/2000, art. 17, combinando com o art. 16, I)

A N E X O S

I) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO (LRF , art. 16 , I)

Valores Correntes

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$	% DE AUMENTO
Despesas com Pessoal e Encargos antes do Aumento do nº de vagas	74.379.600,00	
Despesas Prevista para Pessoal e Encargos para o Aumento do nº's de vagas.	1.788.131,80	2,41
TOTAL	76.167.731,80	

Ana M. G. Della Nina
Diretora Geral de Finanças
Fund. Mun. de Saúde Rio Claro



**II) IMPACTO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (LRF, art. 20 , III)**

Valores Correntes

ESPECIFICAÇÃO	VR. DA DESPESA	VR.DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	% EM RELAÇÃO À RCL
Previsão da despesa com pessoal e Encargos para 2013 , com o acréscimo decorrente do aumento do nº de vagas.	74.379.600,00	474.652.433,00	15,67 %
Previsão da despesa com pessoal e Encargos para 2014 , com o acréscimo decorrente do aumento do nº de vagas.	79.976.118,39	498.385.055,00	16,05 %
Previsão da despesa com pessoal e Encargos para 2015 , com o acréscimo decorrente do aumento do nº de vagas.	85.574.446,68	523.304.308,00	16,36 %

III) DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM PARA SEU CUSTEIO (art. 17 , § 1º, da LRF)

Declaramos que o acréscimo da despesa com pessoal decorrente do Aumento do nº de vagas para Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Combate às Endemias e Supervisores (Agentes de Combate às Endemias) da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CLARO, será custeado com recursos provenientes de:

- ❖ Transferências de Recursos do Governo Federal
- ❖ Transferências de Recursos do Governo Municipal - Prefeitura

Ana M. G. Della Nina
Diretora Geral de Finanças
Fund. Mun. de Saúde Rio Claro



IV) EFEITOS FINANCEIROS (LRF, art. 17, § 2º)

Nos exercícios posteriores a 2013, os efeitos financeiros do aumento de despesa de que trata este demonstrativo, serão compensados por:

- Crescimento real da receita e para os anos de 2014, 2015 e 2016, conforme discriminado abaixo e na forma do art. 17, § 2º e 3º da LRF.
- ❖ Previsão de aumento da receita em 2014 no valor de R\$ 1.417.914,00
- ❖ Previsão de aumento da receita em 2015 no valor de R\$ 1.517.168,00
- ❖ Previsão de aumento da receita em 2016 no valor de R\$ 1.623.370,00

V) COMPATIBILIZAÇÃO COM O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E O ORÇAMENTO ANUAL (LRF, art. 17, §4º)

PROJEÇÃO DA DESPESA		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
Despesa Orçamentária fixada para 2013.	74.379.600,00	
Despesa Orçamentária fixada para 2013, acrescida pelo aumento do nº de vagas.	74.379.600,00	(-)
NECESSIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL	0,00	(=)

Ana M. G. Della Nina
Diretora Geral de Finanças
Fund. Mun. de Saúde Rio Claro



Declaramos, para fins de atender ao disposto do art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o aumento da despesa, em exame, tem compatibilidade com o Plano Plurianual 2010 / 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012; Lei nº 4398 de 11 de julho de 2012; pois que estão de conformidade com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos em ambos os diplomas legais.

Declaramos também que; de acordo com artigo 169, inciso II, da Constituição Federal, o aumento das despesas com pessoal está amparado pela legislação.

Todavia, quanto ao Orçamento do exercício corrente, não haverá necessidade de se promover uma adequação orçamentária, para fazer face ao aumento de despesas com o, Aumento do nº de vagas, pois não haverá tempo hábil para que seja provido tais cargos através do concurso público. Mas, haverá necessidade de compatibilização no Plano Plurianual de 2014-2017 e o acréscimo no orçamento da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro.


Ana M. G. Della Nina
Diretora Geral de Finanças
Fund. Mun. de Saúde Rio Claro

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 211/2013

(Regulamenta, nos termos dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 198 da Constituição Federal, com a redação dada pela emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e da Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006, as Carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias no âmbito municipal, e dá outras providências)

Artigo 1º - Ficam criados, no âmbito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, os cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias os quais passarão a integrar o Quadro de funcionários da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro, cujo quadro de lotação, padrão remuneratório (tabela e grupo salarial) e jornada de trabalho ficam estabelecidos no **ANEXO I** desta Lei Complementar.

Parágrafo Único - Os cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias criados nesta Lei pertencerão ao Regime Jurídico Único, pois serão regidos pelo Estatuto do Funcionário Público Municipal (Lei Complementar nº 17/2007) e legislação correlata, conforme determina o disposto no § 4º do Artigo 198 da CF e a Lei Federal nº 11350/2006.

Artigo 2º - O exercício dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, constituem-se em funções públicas, e dar-se-ão exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, em programas cuja execução seja de responsabilidade deste Município, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e a Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro.

Parágrafo Único - As atribuições dos cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias são as constantes do **ANEXO II** desta Lei Complementar, que correspondem à descrição sumária do conjunto de tarefas e responsabilidades cometidas às funções em razão do cargo em que estão investidos e será regulamentado por Decreto e, também, através do Edital do Concurso Público de Provas e Títulos.

Artigo 3º - O ingresso nos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias dependerá de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos, constituindo-se no mínimo de 2 (duas) etapas de caráter eliminatório, sendo a primeira composta de prova objetiva e a segunda pelo curso introdutório e de formação inicial, podendo ser definida mais etapas e critérios no Edital do Concurso Público de Provas e Títulos pelo gestor do Sistema Único de Saúde - SUS.

Parágrafo Único - Os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias ingressantes terão seus vencimentos base estabelecidos no **ANEXO I**, sempre se dá no Nível e Grau inicial do emprego - Letra A e Numeral I.

419

Artigo 4º - Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias poderão ter evolução funcional mediante Progressão Vertical ou Horizontal, devendo ser habilitados para concorrer a tais progressões mediante Avaliação de Desempenho em procedimento próprio a ser regulamentado por Decreto do Poder Executivo e, se necessário, pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - A evolução funcional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, bem como outros benefícios definidos na presente Lei Complementar, iniciar-se-á a partir da publicação do Decreto mencionado no caput do presente Artigo, não podendo ter qualquer efeito retroativo.

Artigo 5º - Os requisitos mínimos para o exercício do cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias são os seguintes:

- I - Haver concluído o ensino médio;
- II - Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e,
- III - Residir na área da comunidade em que atuar, conforme definido no Edital do Concurso Público.

Artigo 6º - A administração pública poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;
- II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal;
- IV - insuficiência de desempenho, a ser apurado por procedimento próprio e regulamentado;
- V - deixar de residir na área em que atuar, conforme disposto no art. 5º, III, desta Lei Complementar;
- VI - falta ou insuficiência de recursos federais ou estaduais para o programa de Agentes Comunitários de Saúde ou de Agentes de Combate às Endemias.

Parágrafo 1º - Também será considerada falta grave, nos termos do disposto no inciso I, deste artigo, a apresentação, em qualquer tempo, de declaração falsa de residência.

Parágrafo 2º - Nas hipóteses elencadas acima, itens I a V, serão apuradas por procedimento disciplinar próprio, conforme regulamentação.

Parágrafo 3º - No caso da hipótese do item VI, será utilizado o Artigo 30 do Estatuto (Lei Complementar nº 017/2007), aproveitando em outra função e sendo definida essa nova função por Decreto do Poder Executivo.



420

Artigo 7º - O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias deverão anualmente comprovar, por meios julgados hábeis pela Administração Pública Municipal, a sua residência na área de atuação, cabendo à Fundação Municipal de Saúde a fiscalização permanente.

Artigo 8º - Fica criada a Função de Confiança de Supervisor de Campo, devendo ser exercida por servidor efetivo e/ou por Agente de Combate às Endemias em atividade e terá atribuições, valor e quantidade de Funções estabelecidas na presente Lei no **ANEXO III**.

Parágrafo 1º - A designação de Supervisor de Campo será feita pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde, dentre os servidores efetivos e/ou Agentes de Combate às Endemias que preencham os requisitos e exigências estabelecidas no **ANEXO III** da presente Lei.

Parágrafo 2º - O vencimento recebido pelo servidor efetivo ou pelo Agente de Combate às Endemias relativo à designação de que trata o caput e o Parágrafo anterior não será incorporado, em hipótese alguma, ao vencimento do mesmo, devendo ser suspensa quando da sua dispensa da Função de Confiança e o servidor retornar ao seu cargo/emprego de origem, bem como ao recebimento do valor da sua remuneração anterior à da designação da Função de Confiança de Supervisor de Campo.

Disposições Transitórias

Artigo 9º - A Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, tornará publica a listagem dos AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE e dos AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS que exercem as respectivas funções na presente data e que realizaram Processo Seletivo Público antes da data da edição da Emenda Constitucional nº 51/2006, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, realizado pela Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro.

Parágrafo Único - Os processos seletivos realizados pela administração pública municipal antes da data de edição da Emenda Constitucional 51/2006, serão considerados convalidados, conforme decisões do órgão fiscalizador a respeito, após o ato formal de certificação, o qual deverá ser publicado, conforme mencionado no caput do artigo.

Artigo 10 - Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias que estavam em atividade antes e até 14.02.2006 - data da promulgação da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de Fevereiro de 2006 - conforme relação nominal publicada nos termos do Artigo anterior, serão incorporados ao Quadro de Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro - FMSRC criados na presente Lei mediante as condições aqui estabelecidas e exclusivamente sob o regime jurídico previsto.


421



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

4.

Disposições Gerais

Artigo 11 - As despesas com a execução da presente lei correrão com verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Artigo 12 - Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo 1º - Assegura-se à Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro um prazo de 90 (noventa) dias para a regulamentação de seu conteúdo, contados a partir de sua vigência.

Parágrafo 2º - Fica delegada a competência ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro (FMSRC) a editar normas regulamentadoras da presente Lei, nos termos da legislação vigente.

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal

422



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ANEXO I

ENSINO MÉDIO COMPLETO				
CARGO	VAGAS	EXIGÊNCIA	GRUPO SALARIAL	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL
Agente Comunitário de Saúde	240	Ensino médio completo	A	40 horas
Agente de Combate às Endemias	60	Ensino médio completo	A	40 horas

TABELA SALARIAL – GRUPO SALARIAL “A”

A											
NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
III	1.089,29	1.127,41	1.166,86	1.207,70	1.249,96	1.293,70	1.338,97	1.385,83	1.434,33	1.484,53	1.536,48
II	1.016,87	1.052,46	1.089,29	1.127,41	1.166,86	1.207,70	1.249,96	1.293,70	1.338,97	1.385,83	1.434,33
I	949,27	982,49	1.016,87	1.052,46	1.089,29	1.127,41	1.166,86	1.207,70	1.249,96	1.293,70	1.338,97
NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K

ANEXO II – REQUISITOS E DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS

ENSINO MÉDIO COMPLETO	
CARGO	Descrição sumária
Agente Comunitário de Saúde	Exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor local deste. Executar outras atividades de interesse da Unidade de Saúde, desenvolvidas em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS, previstas em normas internas.
Agente de Combate às Endemias	Exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, mediante ações de controle de endemias e seus vetores, abrangendo atividades de vistoria, detecção e eliminação de focos endêmicos e sua notificação, bem como a execução de programas de saúde desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor local deste. Executar outras atividades de interesse do Centro de Controle de Zoonoses, desenvolvidas em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS, previstas em normas internas.

423



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ANEXO III- QUADRO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SUPERVISOR DE CAMPO

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	QTEDE	VALOR
Supervisor de Campo	06	1.618,71

DESCRIÇÃO SUMÁRIA E REQUISITOS MÍNIMOS	
CARGO	Descrição sumária
Supervisor de Campo	Supervisionar as ações de campo dos Agentes de Combate às Endemias, orientando e verificando o deslocamento do agente em suas atividades, auxiliando-o nas ações de rotina providenciando o deslocamento dos mesmos até a atividade de campo dirigindo o veículo oficial; Atuar como elo entre os agentes de combate às endemias e o coordenador do serviço. O Supervisor de Campo tem, também, todas as atribuições do Agente de Combate às Endemias: Exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, mediante ações de controle de endemias e seus vetores, abrangendo atividades de vistoria, detecção e eliminação de focos endêmicos e sua notificação, bem como a execução de programas de saúde desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor local deste. Executar outras atividades de interesse do Centro de Controle de Zoonoses, desenvolvidas em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS, previstas em normas internas.
Pré-requisito	Exigência Mínima
Escolaridade	Ensino Médio Completo
Carteira Nacional de Habilitação -- CNH	Categoria "B"

[Handwritten signature]

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 291/2013 – REFERENTE AO PROJETO DE
LEI Nº 291/2013.

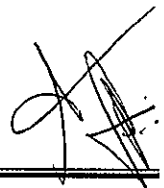
Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 291/2013, de autoria do Poder Executivo Municipal, que regulamenta, nos termos dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 198 da Constituição Federal, com a redação dada pela emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006 e da Lei Federal nº 11350 de 05 de outubro de 2006, as Carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias no âmbito municipal e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita à Fundação/Secretaria Municipal de Saúde, bem como ao Senhor Prefeito Municipal.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

A competência de iniciativa é privativa do Senhor Prefeito Municipal, a teor do art. 46, incisos I, II e III bem como do art. 239, 240 e 241, incisos VI, VII, XI e XII da LOMRC.



425

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Sob esse diapasão, a legitimidade está patente.

A proposta tem por finalidade regulamentar as carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias no âmbito municipal, nos termos da Emenda 51/2006 e a Lei Federal nº 11350/2006.

Preliminarmente, cumpre-nos destacar, que as funções de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias estão devidamente previstos nos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 198 da Constituição Federal e regulamentados pela Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006.

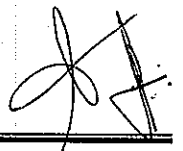
O entendimento exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo reconhece que com o advento da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006 (que regulamenta a Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006¹) não pode o Município manter a atual forma de execução do programa, em que a contratação de Agente Comunitário e de Agente de Combate às Endemias se dê baseada na precariedade e excepcionalidade do interesse público. Isso porque o art. 16 da mencionada Lei Federal veda a contratação temporária ou terceirizada dos referidos profissionais.

Tal convicção vem corroborada pelo fato do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a exemplo do Supremo Tribunal Federal², ter consolidado o entendimento de que agente público celetista, admitido mediante concurso público, também adquire o direito constitucional à estabilidade³, sendo nula a

¹ A EC nº 51/2006 trata especificamente da contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias.

² Estabilidade. Servidor Público. A estabilidade prevista no artigo 41 da Constituição Federal independe da natureza do regime jurídico adotado. Servidores concursados e submetidos ao regime jurídico trabalhista têm jus à estabilidade, pouco importando a opção pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço" (STF – 2ª T. – RE n. 187229 – Rel. Min. Marco Aurélio – j. 15.12.98 – DJ 14.5.99 – p. 20).

³ Conforme RR nº 742.320/01.8, 1ª Turma do TST, Rel. João Oreste Dalazen. j. 23.08.2006, Publ. 09.02.2007.



426

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

dispensa imotivada⁴. A matéria, inclusive, foi objeto de súmula do TST, ficando excluído da estabilidade somente o empregado público de empresa pública ou sociedade de economia mista⁵. Mas mesmo nesta hipótese, sem a proteção da estabilidade, deve haver um motivo.

Desta feita, se não é possível que a contratação dos referidos profissionais se dê de forma temporária, temos o impasse de que a lei federal, teoricamente, contraria dispositivo constitucional previsto no artigo 37, inciso II, ao prever que os referidos profissionais deverão ser contratados por meio de processo seletivo de provas e títulos (artigo 9º da Lei 11.350/2009).

O instituto do processo seletivo não se confunde com o do concurso público, tratando-se o primeiro de procedimento simplificado, sem rigorismo ou formalismo exacerbado.

A regra de acesso aos cargos públicos de provimento efetivo apenas àqueles previamente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos fora uma das premissas estabelecidas pela CF/88, especificamente em seu art. 37, inciso II.

Contudo, tal regra veio a ser expressamente excepcionada por meio da Emenda Constitucional nº 51/06, que possibilitou a efetivação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias que houvessem sido contratados mediante anterior processo de seleção pública.

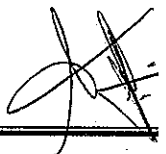
⁴ O empregado público também, para ser titular do direito à estabilidade no emprego, deve, contudo, atender a três requisitos exigidos na Constituição da República, que consistem na (1) prévia aprovação em concurso público, (2) três anos de efetivo exercício e (3) resultado satisfatório em avaliação especial de desempenho (estágio probatório), como previsto no referido artigo 41 da Carta Magna. Aliás, durante o período do estágio probatório perfeitamente possível a dispensa imotivada do servidor, a qual deve seguir as normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

⁵ SÚMULA Nº 390/TST: "ESTABILIDADE. ART. 41 DA CF/1988. CELETISTA. ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL. APLICABILIDADE. EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. INAPLICÁVEL.

Conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 229 e 265 da SBDI-1 e da Orientação Jurisprudencial nº 22 da SBDI-2 - Resolução nº 129/2005.

I - O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988 (ex-OJ nº 265 da SBDI-1 - Inserida em 27.09.2002 e ex-OJ nº 22 da SBDI-2 - Inserida em 20.09.00).

II - Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988 (ex-OJ nº 229 - Inserida em 20.06.2001). (Publicada no DJ de 20.04.2005)".



427

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Embora haja na doutrina alguma discussão acerca da constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 51/2006, prevalece o entendimento no sentido de que não há hierarquia das normas constitucionais, ou seja, na medida em que as Emendas à Constituição detêm a mesma hierarquia de norma constitucional, resulta que podem modificar as regras constitucionais que foram insculpidas pelo legislador constituinte originário, desde que estas alterações não importem em violação às cláusulas pétreas.

Estas alterações realizadas por meio de Emendas à Constituição são bastante frequentes, buscando adaptar o texto constitucional às mudanças impostas em decorrência das transformações da realidade social.

Assim, observa-se que o legislador constituinte, no uso do seu Poder Constituinte Derivado, aprovou a Emenda Constitucional nº 51/06, que expressamente estabeleceu uma exceção a regra insculpida no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, possibilitando a efetivação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias que tivessem sido contratados mediante anterior processo de seleção pública, em conformidade com o preconizado no art. 198 da CF e no artigo 2º da Emenda Constitucional nº 51/06.

Neste sentido, regulamentando o quanto preconizado na Constituição Federal (no seu artigo 198, §5º) fora promulgada a Lei nº 11350/2006, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único, do artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 51/06.

Vale destacar, decisão neste sentido:

“Ementa: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51/2006. VALIDADE CONTRATUAL. VÍNCULO SUJEITO AO REGIME CELETISTA. A contratação de agentes comunitários de saúde pelo ente Municipal está totalmente amparada pela publicação da Emenda Constitucional nº 51, de 14/02/2006, que, em seu parágrafo único do art. 2º,



428

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

dispensa a submissão ao certame, desde que o agente tenha sido contratado a partir de anterior processo de Seleção Pública.

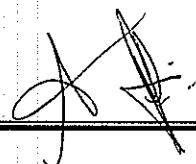
Processo 00713-2007-521-05-00-2, AC. N° 004888/2008,
Relatora Juíza Convocada MARIA ELISA COSTA GONÇALVES, 4ª
TURMA, TRT 5 - DJ 28/03/2008.

Portanto, podemos observar que existe um entendimento consolidado no cenário jurídico nacional quanto à constitucionalidade da Emenda Constitucional n° 51/06, que expressamente estabeleceu uma exceção à regra de acesso aos cargos públicos de provimento efetivo apenas se previamente aprovado em concurso público; determinando, então, a efetivação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias que houvessem sido contratados mediante anterior processo de seleção pública.

Por outro lado, vale ressaltar, que no tocante à rescisão unilateral do contrato de trabalho prevista no artigo 6º do presente Projeto de Lei, destacamos que para que o desligamento seja efetuado, é preciso que haja uma razão presente para fazê-lo⁶, não se admitindo quaisquer decisões movidas por subjetivismos. O fundamento da dispensa imotivada, muito utilizado na iniciativa privada não é aplicável na hipótese, pois o dirigente de pessoa pública não detém liberdade, porque deve sempre motivar seus atos e vincular-se à lei, em consideração aos mesmos princípios supracitados de validade dos atos de administração.

Assim, considerando que o artigo 2º do Projeto de Lei ora analisado prevê que os Agentes Comunitários de Saúde e de Agente de Combate às Endemias serão regidos pelo Estatuto do Funcionário Público Municipal (Lei Complementar n° 17/2007), entendemos que os casos de rescisão contratual devem ser aqueles previstos na referida lei, bem como aqueles contidos no artigo 10, da Lei Federal n° 11350/2006.

⁶ Teoria dos motivos determinantes.


429

Câmara Municipal de Rio Claro

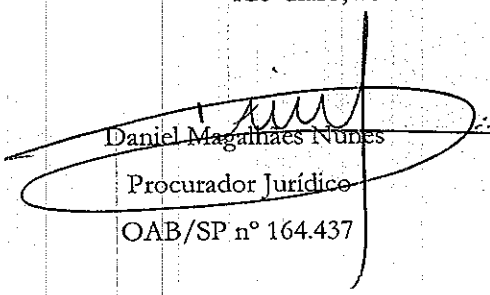
Estado de São Paulo

Dessa forma, recomendamos que seja feita uma emenda modificativa ao artigo 6º do presente projeto de lei, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Artigo 6º - A administração pública poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias nos casos previstos na Lei Complementar Municipal nº 017/2007, bem como nas hipóteses previstas no artigo 10 da Lei Federal nº 11350/2006.”

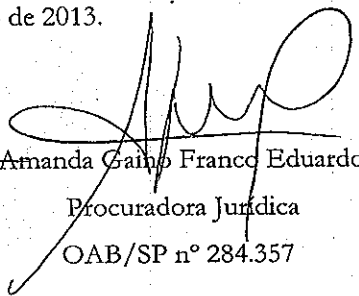
Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de legalidade, com a ressalva acima mencionada.

Rio Claro, 28 de novembro de 2013.


Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437


Amanda Galvão Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 291/2013

PROCESSO 13.971

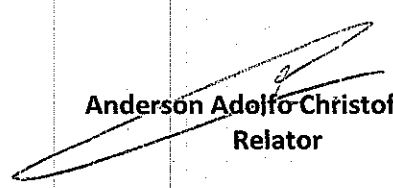
PARECER Nº 210/2013

O presente Projeto de autoria do Senhor Prefeito Municipal, regulamenta, nos termos dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 198 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006 e da Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, as carreiras de Agente Comunitário da Saúde e de Agente de Combate às Endemias no âmbito municipal, e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **legalidade** do mesmo.

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.


João Luiz Zaine


Anderson Adolfo Christofolletti
Relator


Geraldo Luis de Moraes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 291/2013

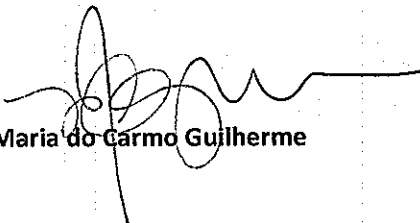
PROCESSO 13.971

PARECER Nº 78/2013

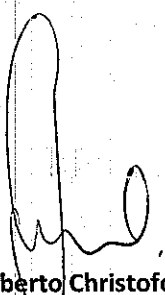
O presente Projeto de autoria do Senhor Prefeito Municipal, regulamenta, nos termos dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 198 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006 e da Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, as carreiras de Agente Comunitário da Saúde e de Agente de Combate às Endemias no âmbito municipal, e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela aprovação do mesmo.

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.



Maria do Carmo Guilherme



Dalberto Christofoletti
Relator



João Teixeira Junior

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 291/2013

PROCESSO 13.971

PARECER Nº 145/2013

O presente Projeto de autoria do Senhor Prefeito Municipal, regulamenta, nos termos dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 198 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006 e da Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, as carreiras de Agente Comunitário da Saúde e de Agente de Combate às Endemias no âmbito municipal, e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela aprovação do mesmo.

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.

José Julio Lopes de Abreu

João Luiz Zaine
Relator

José Pereira dos Santos

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 291/2013

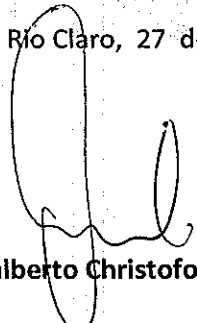
PROCESSO 13.971

PARECER Nº 161/2013

O presente Projeto de autoria do Senhor Prefeito Municipal, regulamenta, nos termos dos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 198 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006 e da Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, as carreiras de Agente Comunitário da Saúde e de Agente de Combate às Endemias no âmbito municipal, e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do mesmo.

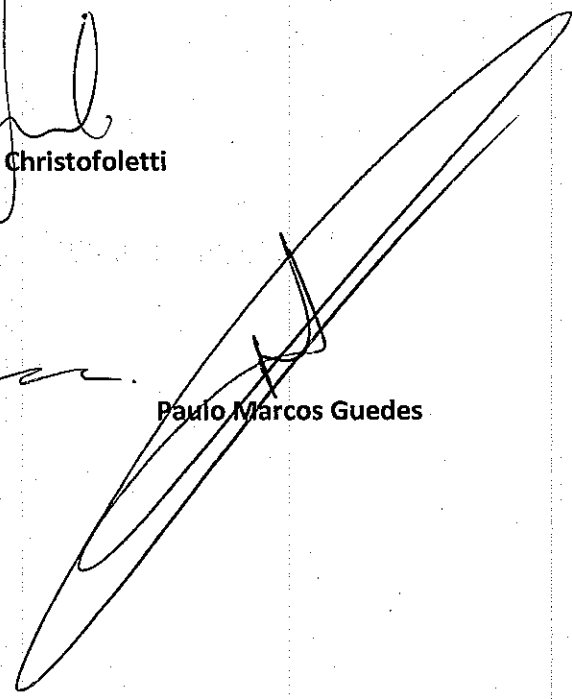
Rio Claro, 27 de novembro de 2013.



Dalberto Christofolletti



Raquel Picelli Bernardinelli
Relatora



Paulo Marcos Guedes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DOS VEREADORES AO PROJETO DE LEI Nº 291/2013.

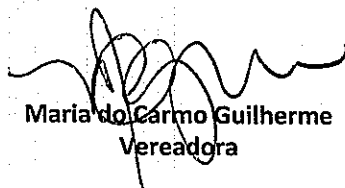
- 1) EMENDA SUBSTITUTIVA – A redação do Artigo 6º e seus Incisos passará a ser a seguinte:

“Artigo 6º - A administração pública poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias nos casos previstos na Lei Complementar Municipal nº 017/2007, bem como nas hipóteses previstas no artigo 10 da Lei Federal nº 11.350/2006.”

Rio Claro, 28 de novembro de 2013.

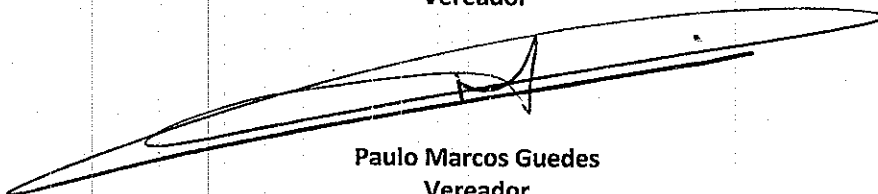


José Julio Lopes de Abreu
Vereador



Maria do Carmo Guilherme
Vereadora

Raquel Picelli Bernardinelli
Vereador



Paulo Marcos Guedes
Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Lei Nº 249 / 2013

Institui no Município de Rio Claro a SEMANA CULTURAL CATÓLICA a ocorrer anualmente na 3ª semana de julho.

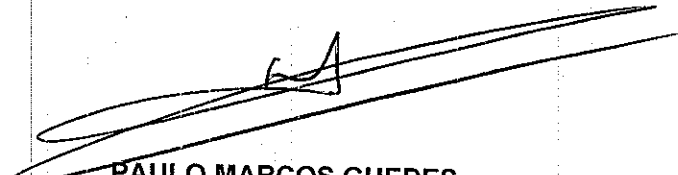
Artigo 1º - Fica instituída no Município de Rio Claro a SEMANA CATÓLICA a ocorrer anualmente na 3ª semana de julho.

Artigo 2º - Os eventos da semana a que alude o artigo 1º, terão por finalidade a vivência da fé católica através de missas e celebrações em áreas e logradouros públicos, em igrejas ou outros locais que permitam a concentração de pessoas, assim como através de pedágios, peças teatrais, shows de música, passeatas, carreatas, caminhadas, etc.

Artigo 3º - No período compreendido da 3ª semana de julho, além dos eventos mencionados no artigo antecedente ocorrerão missas e celebrações nas paróquias, reservando-se o Domingo para a concentração de fiéis em local público de todas as paróquias em grande celebração de conagração e fé.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Rio Claro, 10 de outubro de 2013



PAULO MARCOS GUEDES
Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 249/2013 REFERENTE AO
PROJETO DE LEI Nº 249/2013 – PROCESSO Nº 13921-316-13.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Lei nº 249/2013, de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, que institui no Município de Rio Claro, a “Semana Cultural Católica”, que ocorrerá anualmente na 3ª semana de julho de cada ano.

DA LEGALIDADE

Esta Procuradoria Jurídica entende pela legalidade do Projeto de Lei em apreço, com a ressalva abaixo exposta, pelos seguintes motivos:

A competência para dispor sobre a referida matéria é concorrente, ou seja, tanto a iniciativa pode ser do Prefeito Municipal como do Vereador.

O artigo 3º do projeto de lei em questão é inconstitucional porque fere normas previstas na Constituição Federal, pois nem o Município, nem os Nobres Vereadores tem competência para interferir na estrutura ou organização política-administrativa de uma entidade religiosa, nem o pretexto de interesse local, dá esse direito, não restando dúvida da inconstitucionalidade, por estar em desacordo ao artigo 5º, inciso VI da CF/88 onde diz:

218

437

Câmara Municipal de Rio Claro

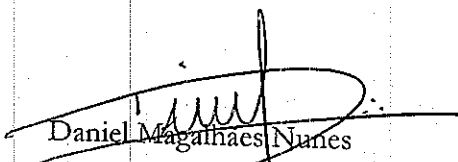
Estado de São Paulo

“...VI- é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; ... “

Ficando claro à ofensa ao princípio constitucional federativo da liberdade religiosa, não podendo o Poder Legislativo, nem ao Município, regulamentar ou estabelecer normas de procedimento das missas, celebrações ou cultos nas paróquias, pois interferem em matéria de competência exclusiva da Igreja Católica, pois conforme garantido pela Constituição é inviolável a liberdade de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos por parte da Igreja, de como organizar e fazer seus cultos, missas ou liturgias.

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se reveste de legalidade, desde que seja suprimido o artigo 3º do mesmo.

Rio Claro, 18 de outubro de 2013.


Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 249/2013

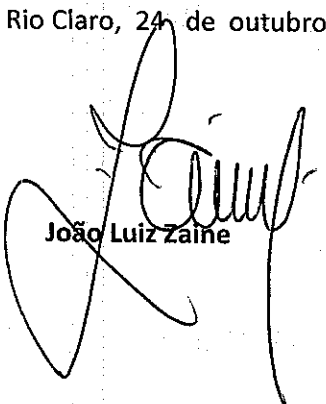
PROCESSO 13.921

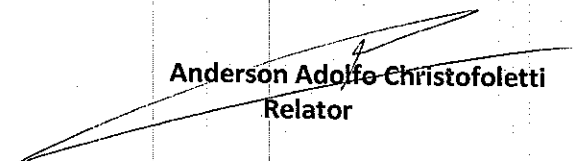
PARECER Nº 181/2013

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, institui no Município de Rio Claro a **Semana Cultural Católica** a ocorrer anualmente na 3ª semana de julho.

Esta Comissão opina pela legalidade do presente Projeto de Lei.

Rio Claro, 24 de outubro de 2013.


João Luiz Zaine


Anderson Adolfo Christofolletti
Relator


Geraldo Luis de Moraes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 249/2013

PROCESSO 13.921

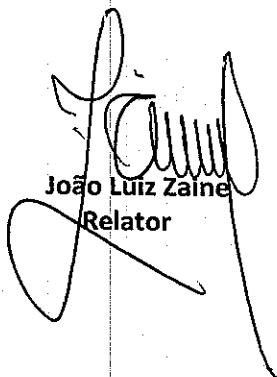
PARECER Nº 139/2013

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, institui no Município de Rio Claro a Semana Cultural Católica a ocorrer anualmente na terceira semana de julho.

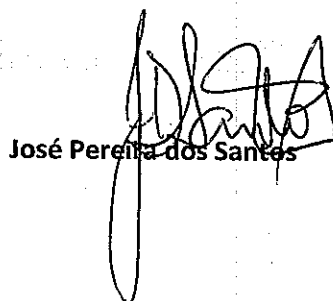
Esta Comissão opina pela aprovação do mesmo.

Rio Claro, 18 de novembro de 2013.

José Julio Lopes de Abreu



João Luiz Zaine
Relator



José Peres dos Santos

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 249/2013

PROCESSO 13.921

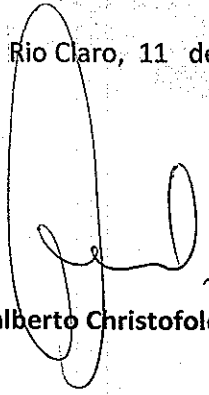
PARECER Nº 148/2013

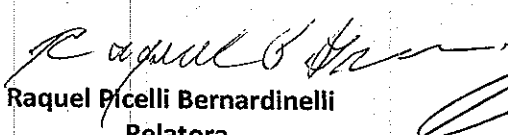
O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, institui no Município de Rio Claro a Semana Cultural Católica a ocorrer anualmente na terceira semana de julho.

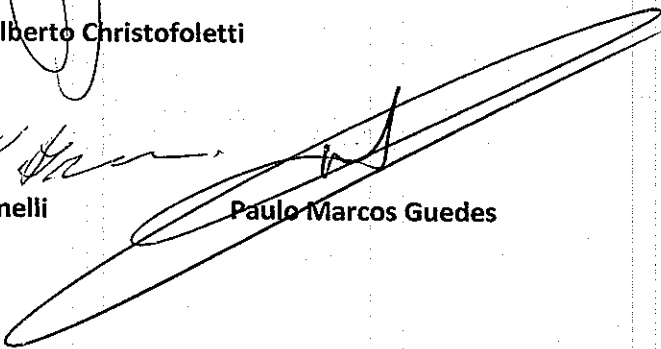
Projeto de Lei.

Esta Comissão opina pela aprovação do presente

Rio Claro, 11 de novembro de 2013.


Dalberto Christofolletti


Raquel Picelli Bernardinelli
Relatora


Paulo Marcos Guedes

Câmara Municipal de Rio Claro

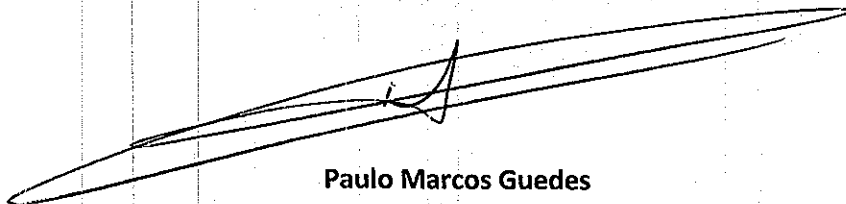
Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MARCOS GUEDES AO
PROJETO DE LEI Nº 249/2013.

1. EMENDA MODIFICATIVA – Na redação do Artigo 3º onde se lê:

“...ocorrerão missas..., leia-se, “...poderão ocorrer missas...,”

Rio Claro, 04 de novembro de 2013.



Paulo Marcos Guedes
Vereador - PSDB

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 250/2013

(Dispõe aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando resíduos sólidos ou lixo de qualquer substância ou objeto nos logradouros públicos fora dos equipamentos destinados para este fim e dá outras providências).

Art. 1º - Será multado na forma da Lei, todo cidadão que for flagrado jogando qualquer tipo de lixo fora dos equipamentos destinados para este fim nos logradouros públicos do Município de Rio Claro.

Art. 2º - As penalidades previstas nesta Lei serão estabelecidas através de auto de infração lavrado contra o infrator, contendo as seguintes informações:

I – local data e hora da lavratura;

II – qualificação do autuado;

III – a descrição do fato constitutivo da infração;

IV – o dispositivo legal infringindo;

V – a identidade do agente atuante, contendo sua assinatura, cargo ou função e o número da matrícula;

VI – a assinatura do autuado.

Art. 3º - O agente responsável pela autuação poderá solicitar, sempre que necessário, auxílio de força policial quando o infrator dificultar o cumprimento dos itens II e VI do Art. 2º desta Lei.

Art. 4º - Para imposição das multas previstas nesta Lei, o Poder Público, pelo órgão ou entidade municipal competente ou agente de fiscalização de proteção ao meio ambiente do Município, observará a gravidade do fato e os antecedentes do infrator ou do responsável solidário.

§ 1º São circunstâncias que atenuam a aplicação da multa o arrependimento por escrito do infrator que não seja reincidente, seguido de demonstração incontestável de que providenciou a correção do fato gerador e colaborou com a fiscalização.

§ 2º São circunstâncias que agravam a aplicação da multa a reincidência, a vantagem pecuniária e a colocação em risco da saúde pública.

Art. 5º - Os infratores desta Lei serão penalizados com multa de 45 UFMRC a cada infração cometida.

§ 1º Os recursos financeiros, provenientes da arrecadação com as multas aplicadas, serão destinados à autoridade municipal de proteção ao meio ambiente;

§ 2º O valor da multa constante deste artigo será estipulado em UFMRC, ou por outro Índice que por ventura venha substituí-lo.

Art. 6º - O Poder Executivo adotará todas as medidas necessárias para regulamentar a presente Lei, designado os órgãos responsáveis pela fiscalização e sua execução.

Parágrafo único – Entre as ações de regulamentação deverá haver a criação de um cadastro interno de controle das multas aplicadas e suas reincidências, observando os procedimentos previstos nesta Lei.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 7º - Para o conhecimento desta Norma Legal e conscientização da população o Poder Executivo veiculará campanha publicitária.

Art. 8º - É proibido acumular lixo com fim de utilizá-lo ou removê-lo para outros locais que não os estabelecidos pelo órgão ou entidade municipal competente, salvo os casos expressamente autorizados pelo Poder Público municipal.

Parágrafo único – O órgão ou entidade municipal competente, a seu exclusivo critério, poderá executar os serviços de remoção do lixo indevidamente acumulado a que se refere o caput deste artigo, cobrando dos responsáveis o custo correspondente aos serviços prestados, por valores médios de mercado, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Art. 9º - É terminantemente proibido manter, abandonar ou descarregar bens inservíveis em logradouros e outros espaços públicos do Município ou em qualquer terreno privado, sem o prévio licenciamento do órgão ou entidade municipal competente, ou consentimento do proprietário.

Parágrafo único – A colocação dos bens inservíveis em logradouros e outros espaços públicos do Município só serão permitidos após requisição prévia ao órgão ou entidade municipal competente e a confirmação da realização da sua remoção.

Art. 10 – É terminantemente proibido abandonar ou descarregar entulho de obras e restos de apara de jardins, pomares e horta em logradouros e outros espaços públicos do Município ou em qualquer terreno privado, sem prévio licenciamento junto ao órgão ou entidade municipal competente e consentimento do proprietário.

§ 1º Os infratores do disposto no caput deste artigo serão multados e, se for o caso terão os seus veículos apreendidos e removidos para um depósito municipal, de onde somente serão liberados após o pagamento das despesas de remoção e multas.

§ 2º Os condutores e/ou proprietários de veículos autorizados a proceder à remoção de entulho de obras ou resíduos de poda deverão adotar medidas para que estes resíduos não venham a cair, no todo ou em parte, nos logradouros.

§ 3º Caso os resíduos transportados venham a sujar ou poluir os logradouros, os responsáveis deverão proceder imediatamente à sua limpeza, sob pena de responderem perante o Poder Público.

§ 4º Serão responsáveis pelo cumprimento do disposto neste artigo os proprietários dos veículos ou aqueles que detenham, mesmo transitoriamente, a posse dos mesmos e os geradores dos resíduos, facultado ao Poder Público autuá-los em conjunto ou isoladamente.

Art. 11 – O morador ou o administrador de imóvel localizado em ruas eminentemente residenciais ou ruas comerciais de reduzido fluxo de pessoas, seja proprietário ou não, deverá providenciar a varrição da calçada que se relacione ao imóvel, de forma a mantê-la limpa, ofertando os resíduos nesta atividade juntamente com o lixo domiciliar.

Parágrafo único – A varrição das calçadas em frente à imóveis localizados em ruas comerciais com grande fluxo de pessoas será executada pelo órgão ou entidade municipal competente.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 12 – O manuseio dos dejetos de animais é de exclusiva responsabilidade dos proprietários ou dos acompanhantes de animais.

Parágrafo único – Consideram-se dejetos de animais os excrementos oriundos da defecação de animais.

Art. 13 – Os proprietários ou acompanhantes de animais devem proceder à limpeza e remoção imediata dos dejetos produzidos por estes animais nos logradouros e outros espaços públicos, exceto os provenientes de cães-guia, quando acompanhantes de cego.

§ 1º Na sua limpeza e remoção, os dejetos de animais devem ser devidamente acondicionados, de forma hermética, para evitar qualquer insalubridade.

Art. 14 – A limpeza de logradouros internos a condomínios fechados é de inteira responsabilidade dos moradores ou da administração do condomínio, cabendo ao órgão ou entidade municipal competente realizar apenas os serviços inerentes à coleta regular.

§ 1º A limpeza dos logradouros referidos no caput deste artigo abrange os serviços de varrição, capina, roçada, poda de árvores, implantação e limpeza de cestas coletoras, lavagem, limpeza de mobiliário urbano, quando houver, e desobstrução de caixas de ralo.

§ 2º O disposto no caput não se aplica a logradouros públicos dotados de traves basculantes ou guaritas regularmente autorizadas pelo órgão municipal competente.

Art. 15 – A remoção do lixo e a limpeza do logradouro e adjacências em que funcionem as feiras livres ficarão sob a responsabilidade do Poder Público.

Parágrafo único – Os comerciantes de feiras livres serão obrigados a dispor, por seus próprios meios, de recipientes padronizados pelo órgão competente do Poder Público, devendo nele depositar todo lixo produzido por sua atividade de comércio durante o funcionamento das feiras.

Art. 16 – As caçambas para deposição de entulho de obras extraordinárias e resíduos de podas extraordinárias deverão ser, sempre removidas pelos responsáveis quando:

- I – decorrer o prazo de setenta e duas horas após a colocação da caçamba, independentemente da quantidade de resíduos em seu interior; ou
- II – decorrer o prazo de oito horas após a caçamba estar cheia; ou
- III – se constituírem em foco de insalubridade, independentemente do tipo de resíduo depositado; ou
- IV – os resíduos depositados estiverem misturados a outros tipos de resíduos; ou
- V – estiverem colocadas de forma a prejudicar a utilização de sarjetas, bocas de lobo, hidrantes, mobiliário urbano ou qualquer outra instalação fixa de utilização pública; ou
- VI – estiverem colocadas de forma a prejudicar a circulação de veículos e pedestres nos logradouros e calçadas.

Art. 17 – Os responsáveis por podas de árvores ou por obras em logradouros públicos deverão providenciar a remoção imediata de todos os resíduos produzidos por essas atividades.

Parágrafo único – Além de seus respectivos contratantes, os empreiteiros ou promotores das obras que produzam entulho são responsáveis pelo seu manuseio, remoção, valorização e eliminação.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 18 – As multas são progressivas conforme a seguinte série matemática: 45 UFMRC, 90 UFMRC, 135 UFMRC, 225 UFMRC, 360 UFMRC, 450 UFMRC, 675 UFMRC, 900 UFMRC e assim sucessivamente.

Art. 19 – A critério do órgão ou entidade municipal competente ou agente de fiscalização da limpeza urbana do Município, as multas poderão ser precedidas de advertência escrita ou intimação.

Art. 20 – O pagamento das multas será efetuado até o dia dez do mês seguinte ao seu recebimento.

§ 1º Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, sem que o pagamento se tenha efetuado, pode o mesmo realizar-se nos sessenta dias subsequentes, acrescidos de juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata dies".

§ 2º Findo o prazo de cobrança amigável, o órgão ou entidade municipal competente procederá à cobrança compulsória do débito apurado.

Art. 21 – Perturbar, prejudicar ou impedir a execução de qualquer das atividades de limpeza urbana sujeitará o infrator à multa inicial de 45 UFMRC.

Art. 22 – Depositar, permitir a deposição ou propiciar a deposição de lixo, bens inservíveis, entulho de obras ou resíduos de poda em terrenos baldios ou imóveis públicos ou privados, bem como em encostas, rios, valas, ralos, canais, lagoas, áreas protegidas ou em qualquer outro local não autorizado pelo Poder Público, sujeitará o infrator às seguintes penalidades, independentemente de outras sanções:

- I – quando o volume depositado for de até um metro cúbico, a multa inicial será de 90 UFMRC;
- II – quando o volume ultrapassar um metro cúbico, a multa inicial será de 225 UFMRC.

Art. 23 – Ofertar resíduos sólidos urbanos junto a qualquer resíduo considerado especial constitui infração punida com a multa inicial de 135 UFMRC, independentemente das demais sanções aplicáveis à espécie.

Parágrafo único – Se o resíduo ofertado em conjunto com os resíduos sólidos urbanos for caracterizado como lixo perigoso ou químico ou radioativo, a multa inicial será de 225 UFMRC.

Art. 24 – Ofertar para coleta o lixo domiciliar contendo cacos de vidros e outros materiais contundentes e perfurantes sem o devido acondicionamento constitui infração punida com a multa inicial de 45 UFMRC.

Parágrafo único – Nos casos em que os cacos de vidros ou outros materiais contundentes e perfurantes vierem a ferir os servidores que trabalham na coleta domiciliar, a multa inicial de 90 UFMRC.

Art. 25 – Não retirar o lixo ofertado para coleta domiciliar regular em dias de chuva forte constitui infração punida com multa inicial de 45 UFMRC.

Art. 26 – Catar ou extrair qualquer parte do conteúdo do lixo colocado em logradouro para fins de coleta constitui infração punida com multa inicial de 45 UFMRC.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 27 – Não efetuar a varrição da calçada que se relacione ao imóvel, conforme o art. 11 constitui infração punida com multa inicial de 45 UFMRC.

Art. 28 – Além do pagamento das respectivas multas, a infração a qualquer dos artigos, obriga os responsáveis a remover os resíduos depositados irregularmente num prazo máximo de 3 (três) horas.

Parágrafo único – Decorrido o prazo fixado no caput deste artigo sem que os responsáveis removam os resíduos, fica a multa majorada em cem por cento e o órgão ou entidade municipal competente poderá proceder à respectiva remoção e eliminação dos resíduos, sendo as despesas decorrentes da remoção cobradas dos responsáveis pela infração.

Art. 29 – Não remover os dejetos de animais nas condições especificadas no art. 13 constitui infração punida com multa inicial de 45 UFMRC.

Art. 30 – Realizar eventos em logradouros ou outros espaços públicos sem a apresentação de um prévio plano para remoção dos resíduos gerados e a respectiva autorização do órgão ou entidade municipal competente constitui infração punida com multa inicial de 225 UFMRC.

Art. 31 – Além do pagamento da multa definida no artigo anterior, os responsáveis são obrigados a remover os resíduos depositados irregularmente num prazo máximo de 12 (doze) horas.

Parágrafo único – Decorrido o prazo fixado no caput deste artigo sem que os responsáveis removam os resíduos, fica a multa majorada em cem por cento e o órgão ou entidade municipal competente poderá proceder à respectiva remoção e eliminação dos resíduos, sendo as despesas decorrentes da remoção cobradas dos responsáveis pela infração.

Art. 32 – Não remover as caçambas para deposição de entulho de obras extraordinárias e, resíduos de poda extraordinárias nas condições especificadas no art. 16 constitui infração punida com a multa de 45 UFMRC.

Art. 33 – Realizar a limpeza e/ou lavagem de edificações ou veículos sem que os resíduos provenientes dessas atividades sejam recolhidos e as águas servidas encaminhadas para o ralo mais próximo, constitui infração punida com a multa inicial de 45 UFMRC.

Art. 34 – Realizar a limpeza de logradouros com a água, sem ter providenciado a prévia remoção dos detritos das mesmas quando da ocorrência de alagamentos, constitui infração punida com multa inicial de 45 UFMRC.

Art. 35 – Lançar nas sarjetas ou sumidouros quaisquer detritos ou objetos constitui infração punida com multa inicial de 45 UFMRC.

Art. 36 – Vazar águas poluídas, tintas, óleos ou outros líquidos poluentes nos logradouros e outros espaços constitui infração punida com a multa inicial de 45 UFMRC.

Art. 37 - Efetuar queimadas de resíduos sólidos ou sucata a céu aberto constitui infração punida com multa inicial de 45 UFMRC.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 38 – Não proceder à limpeza de todos os resíduos provenientes de obras que afetam o asseio dos logradouros e outros espaços públicos constitui infração punida com multa inicial de 45 UFMRC.

Art. 39 – Vazar qualquer tipo de resíduo em instalações não licenciadas pela Prefeitura do Município de Rio Claro constitui infração punida com a multa inicial de 225 UFMRC.

Art. 40 – Vazar qualquer tipo de resíduo com características que não correspondam às mencionadas na autorização do órgão ou entidade municipal competente constitui infração punida com multa inicial de 225 UFMRC.

Art. 41 – Além do pagamento das respectivas multas definidas nos arts. 39 e 40, os responsáveis pela infração são obrigados a remover os resíduos depositados irregularmente em um prazo máximo de 6 (seis) horas.

§ 1º Decorrido o prazo fixado no caput deste artigo sem que os responsáveis removam os resíduos, fica a multa majorada em cem por cento e o órgão ou entidade municipal competente poderá proceder à respectiva remoção e eliminação dos resíduos, sendo as despesas decorrentes da remoção cobradas dos responsáveis pela infração.

§ 2º Caso o Poder Público seja obrigado a proceder à remoção e eliminação dos resíduos vazados irregularmente, os responsáveis pela infração ficarão impedidos de vazar em qualquer das instalações do Município de Rio Claro ou por este controlado.

Art. 42 – Sem prejuízo das multas definidas no capítulo anterior, o Poder Público poderá proceder à apreensão de todo e qualquer material, ferramentas, recipientes, equipamentos, máquinas e veículos utilizados para remover ou descarregar irregularmente qualquer tipo de resíduo.

Parágrafo único – Caberá aos infratores pagar as despesas decorrentes do transporte e guarda dos bens apreendidos, assim como as despesas com a remoção e disposição final dos resíduos descarregados irregularmente, independentemente do pagamento das multas cabíveis.

Art. 43 – O órgão ou entidade municipal competente deverá apresentar e fazer publicar as normas complementares a esta Lei, no prazo de cento e oitenta dias a contar da data do início da vigência desta legislação.

Art. 44 – O Poder Público deverá executar o desenvolvimento de projetos economicamente autossustentáveis de redução e reutilização do lixo, de forma a estimular revisão das embalagens dos produtos de consumo, mudanças dos hábitos pessoais da população e criação de cooperativas de catadores ou, ainda, incrementar ações que reduzam a geração de resíduos sólidos urbanos e evitem riscos à saúde pública.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 45 -- As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 46 -- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Claro, 10 de outubro de 2013.


AGNELO DA SILVA MATOS NETO
Vereador- PT

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 250/2013 - REFERENTE AO PROJETO
DE LEI Nº 250/2013, PROCESSO Nº 13923-318-13.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 250/2013, de autoria do nobre Vereador Agnelo da Silva Matos Neto, que dispõe sobre a aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando resíduos sólidos ou lixo de qualquer substância ou objeto nos logradouros públicos fora dos equipamentos destinados para este fim e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

R18

450

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município complementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

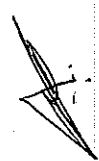
Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei estabelece a aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando resíduos sólidos ou lixo de qualquer substância ou objeto nos logradouros públicos fora dos equipamentos destinados para este fim.

Todavia, vale ressaltar, que esta Procuradoria Jurídica entende que devem ser realizadas algumas emendas para que o presente projeto de lei não incorra em qualquer inconstitucionalidade.

A primeira prevista no artigo 6º, substituindo a frase: "*O poder Executivo adotará todas as medidas necessárias...*" pela frase: "*O Poder executivo fica autorizado a adotar as medidas necessárias...*".

A segunda alteração deve ser realizada no parágrafo único do artigo 6º, substituindo a frase: "*Entre as ações de regulamentação deverá haver a criação de um cadastro interno de controle das multas aplicadas...*" pela frase: "*Entre as ações de regulamentação poderá haver a criação de um cadastro interno de controle das multas aplicadas...*".



R 18

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

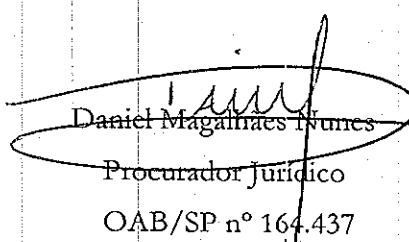
A terceira alteração no artigo 7º, substituindo a frase "...o Poder Executivo *veiculará* campanha publicitária" por: "...o Poder Executivo *poderá* veicular campanha publicitária".

A quarta alteração no artigo 43, substituindo a frase: "O órgão ou entidade municipal competente *deverá* apresentar e fazer publicar as normas complementares a esta lei, no prazo de cento e oitenta dias a contar da data do início da vigência desta legislação" pela frase: "O órgão ou entidade municipal competente *fica* autorizado a apresentar e fazer publicar as normas complementares a esta lei." O Poder Legislativo não pode impor prazo ao Poder Executivo.

A quinta alteração no artigo 44, substituindo a frase "O Poder Público *deverá* executar..." pela frase o "O Poder Público *fica* autorizado a executar...".

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei *sub analise* reveste-se de legalidade, com as ressalvas acima apontadas.

Rio Claro, 24 de outubro de 2013.


Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 250/2013

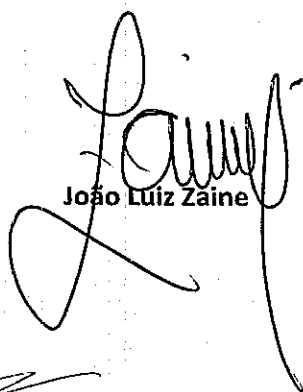
PROCESSO 13.923

PARECER Nº 189/2013

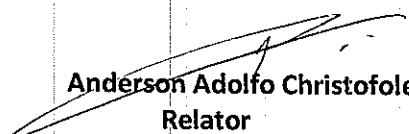
O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Agnelo da Silva Matos Neto, dispõe sobre a aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando resíduos sólidos de qualquer substância ou objeto nos logradouros públicos fora dos equipamentos destinados para este fim e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela legalidade do presente Projeto de Lei com a aprovação das Emendas sugeridas pelos Procuradores deste Legislativo.

Rio Claro, 31 de outubro de 2013.



João Luiz Zaine



Anderson Adolfo Christofolletti
Relator



Geraldo Luis de Moraes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 250/2013

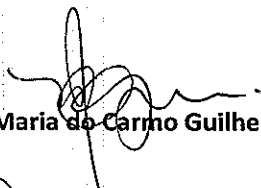
PROCESSO 13.923

PARECER Nº 73/2013

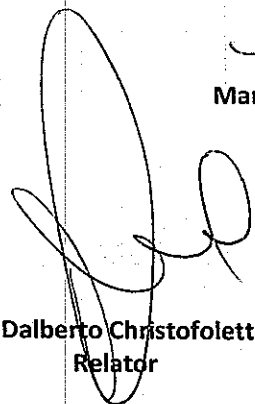
O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Agnelo da Silva Matos Neto, dispõe sobre a aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando resíduos sólidos de qualquer substância ou objeto nos logradouros públicos fora dos equipamentos destinados para este fim e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela aprovação do presente
Projeto de Lei.

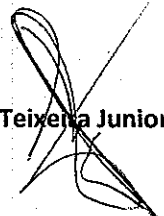
Rio Claro, 06 de novembro de 2013.



Maria do Carmo Guilherme



Dalberto Christofolletti
Relator



João Teixeira Junior

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 250/2013

PROCESSO 13.923

PARECER Nº 158/2013

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Agnelo da Silva Matos Neto, dispõe sobre a aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando resíduos sólidos de qualquer substância ou objeto nos logradouros públicos fora dos equipamentos destinados para este fim e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela aprovação do referido

Projeto de Lei.

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.

José Julio Lopes de Abreu

João Luiz Zaine
Relator

José Pereira dos Santos

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 250/2013

PROCESSO 13.923

PARECER Nº 167/2013

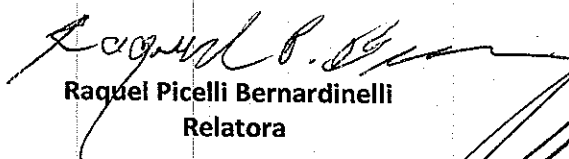
O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Agnelo da Silva Matos Neto, dispõe sobre a aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando resíduos sólidos de qualquer substância ou objeto nos logradouros públicos fora dos equipamentos destinados para este fim e dá outras providências.

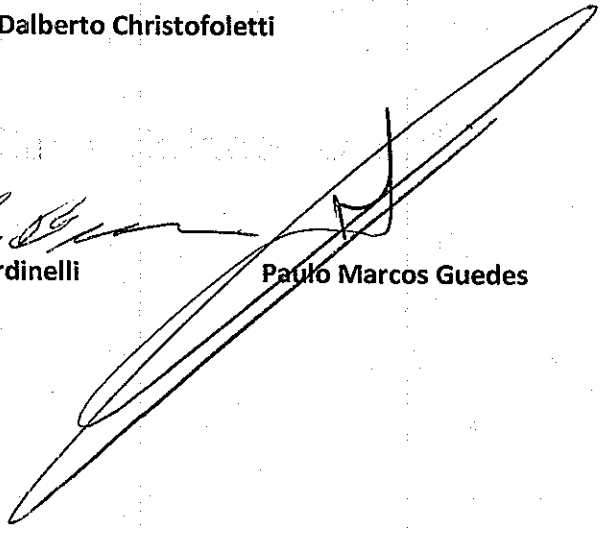
Esta Comissão opina pela aprovação do referido

Projeto de Lei.

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.

Dalberto Christofolletti


Raquel Picelli Bernardinelli
Relatora


Paulo Marcos Guedes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA
E RURAL MEIO-AMBIENTE.

PROJETO DE LEI Nº 250/2013

PROCESSO 13.923

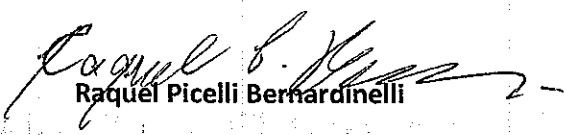
PARECER Nº 31/2013

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Agnelo da Silva Matos Neto, dispõe sobre a aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando resíduos sólidos de qualquer substância ou objeto nos logradouros públicos fora dos equipamentos destinados para este fim e dá outras providências.

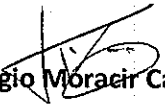
Esta Comissão opina pela aprovação do referido

Projeto de Lei

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.


Raquel Picelli Bernardinelli


José Julio Lopes de Abreu
Relator


Sérgio Moracir Calixto

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR AGNELO MATOS AO PROJETO DE LEI Nº 250/2013.

1) EMENDA SUBSTITUTIVA – Na redação do Artigo 6º onde se lê:

“O Poder Executivo adotará todas as medidas necessárias...”

leia-se,

“O Poder Executivo fica autorizado a adotar as medidas necessárias...”

2) EMENDA SUBSTITUTIVA – Na redação do Parágrafo Único onde se lê:

“Entre as ações de regulamentação deverá haver a criação de um cadastro...”

leia-se,

“Entre as ações de regulamentação poderá haver a criação de um cadastro...”

3) EMENDA SUBSTITUTIVA – Na redação do Artigo 7º onde se lê:

“...o Poder Executivo veiculará campanha publicitária.”

leia-se,

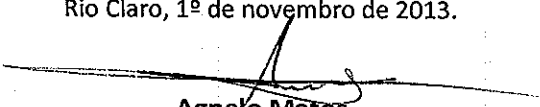
“...o Poder Executivo poderá veicular campanha publicitária.”

4) EMENDA MODIFICATIVA – A redação do Artigo 43 passa a ser a seguinte:

Artigo 43 – O órgão ou entidade municipal competente fica autorizado a apresentar e fazer publicar as normas complementares a esta Lei.

5) EMENDA MODIFICATIVA – Na redação do Artigo 44 onde se lê: “O Poder Público deverá executar...”, leia-se, “O Poder Público fica autorizado a executar...”

Rio Claro, 1º de novembro de 2013.


Agnelo Matos
Vereador - PT

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Lei Nº 255 / 2013

(“Institui o mês “Novembro Azul”, dedicado a ações preventivas à integridade da saúde do homem”).

Art. 1º - Fica instituído no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo o mês “Novembro Azul”, dedicado à realização de ações preventivas à integridade da saúde do homem, comemorações ao movimento mundial pela cura e redução dos casos de câncer de próstata.

Art. 2º - No mês “Novembro Azul” realizará festividades com a cooperação do Poder Público, junto com a Fundação Municipal de Saúde, iniciativa privada e com entidades civis, realizarão campanhas de esclarecimento, exames e outras ações educativas e preventivas visando à saúde do homem, priorizando:

- I. Prevenção do câncer de próstata;
- II. Doenças sexualmente transmissíveis;
- III. Afecções cardiológicas, urológicas, saúde mental, gastroenterológicas e pneumológicas mais comuns;
- IV. Discussão para elaboração de políticas públicas para acompanhamento psicológico pré e pós trauma;
- V. Palestra nas escolas;
- VI. Incentivo ao enfeite de espaços públicos e privados com a cor azul;
- VII. Incentivo ao plantio de árvores cujas flores sejam azuis e floresçam no mês de novembro;

Art. 3º - Os símbolos da campanha serão o laço azul e o bigode.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 17 de Outubro de 2013.


MARIA DO CARMO GUILHERME
Vereadora Líder do PMDB
1ª Secretária

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Sabendo que o câncer de próstata é um grande vilão da saúde masculina, e que se diagnosticado em seu início existe grande chances de cura. Tendo este mês inteiro como campanha de prevenção podendo alertar a população de seus riscos e importância de se fazer exames periódicos, principalmente a partir dos 40 anos.

Conforme a Campanha Internacional de Prevenção ao câncer de próstata no mês de Novembro.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

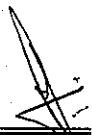
PARECER JURÍDICO Nº 255/2013 - REFERENTE AO PROJETO
DE LEI Nº 255/2013, PROCESSO Nº 13928-323-13.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 255/2013, de autoria da nobre Vereadora Maria do Carmo Guilherme, que institui no Município de Rio Claro a Campanha “Novembro Azul”, dedicado a ações preventivas à integridade da saúde do homem.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

RTP 
461

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

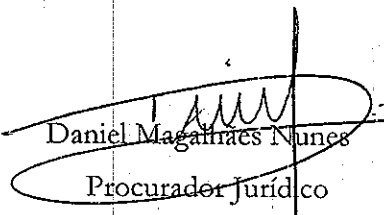
Não obstante, trata-se de competência do Município complementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei dispõe sobre a dedicação de ações preventivas à integridade da saúde do homem, por meio da realização de campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas.

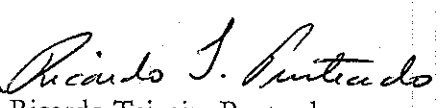
Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de legalidade.

Rio Claro, 25 de outubro de 2013.


Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 255/2013

PROCESSO 13.928

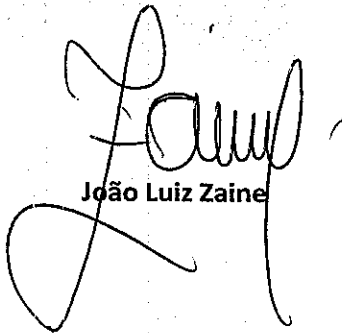
PARECER Nº 186/2013

O presente Projeto de autoria da nobre Vereadora Maria do Carmo Guilherme, institui o mês "Novembro Azul", dedicado a ações preventivas à integridade da saúde do homem.

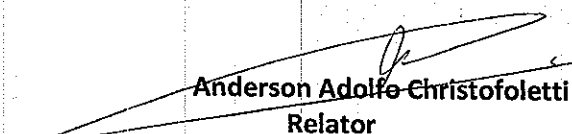
Projeto de Lei.

Esta Comissão opina pela legalidade do presente

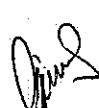
Rio Claro, 31 de outubro de 2013.



João Luiz Zaine



Anderson Adolfo Christofolletti
Relator



Geraldo Luis de Moraes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 255/2013

PROCESSO 13.928

PARECER Nº 150/2013

O presente Projeto de autoria da nobre Vereadora Maria do Carmo Guilherme, institui o mês "Novembro Azul", dedicado a ações preventivas à integridade da saúde do homem.

Esta Comissão opina pela aprovação do referido

Projeto de Lei

Rio Claro, 28 de novembro de 2013.

José Julio Lopes de Abreu

João Luiz Zaine
Relator

José Pereira dos Santos

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 255/2013

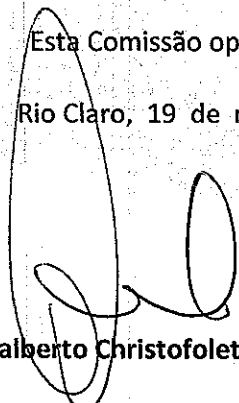
PROCESSO 13.928

PARECER Nº 155/2013

O presente Projeto de autoria da nobre Vereadora Maria do Carmo Guilherme, institui o mês "Novembro Azul", dedicado a ações preventivas à integridade da saúde do homem.

Esta Comissão opina pela aprovação do mesmo.

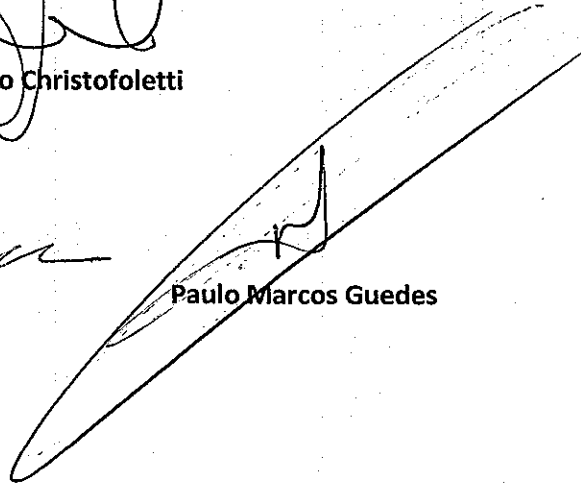
Rio Claro, 19 de novembro de 2013.



Dalberto Christofolletti



Raquel Picelli Bernardinelli
Relatora



Paulo Marcos Guedes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 255/2013

PROCESSO 13.928

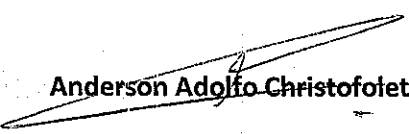
PARECER Nº 040/2013

O presente Projeto de autoria da nobre Vereadora Maria do Carmo Guilherme, institui o mês "Novembro Azul", dedicado a ações preventivas à integridade da saúde do homem.

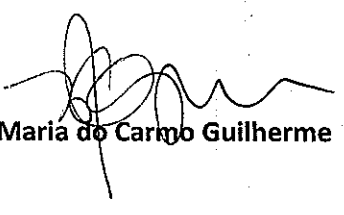
Referido projeto tem como objetivo lembrar toda a sociedade da importância do diagnóstico precoce do câncer de próstata. O alerta é para todos, uma vez que esta doença não escolhe cor, classe social, profissão, ela pode atingir qualquer pessoa, entretanto, a prevenção ainda é a melhor forma de combater essa doença tão agressiva. Assim, foi escolhida a cor Azul para iluminar os monumentos das cidades no mês de novembro.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do Projeto de Lei em questão.

Rio Claro, 06 de novembro de 2013.


Anderson Adolfo Christofoletti


Geraldo Luis de Moraes
Relator


Maria do Carmo Guilherme

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Lei Nº 256 / 2013

Proíbe o amontoamento de lixo doméstico nos cruzamentos das vias públicas do Município de Rio Claro.

Artigo 1º - Fica proibido o amontoamento de lixo doméstico nos cruzamento das vias públicas do Município de Rio Claro, recolhidos defronte às residências e depositados pelos coletores nas esquinas da cidade.

Artigo 2º - O lixo de que trata o artigo antecedente, deve ser mantido até o efetivo recolhimento pelo veículo coletor, defronte as residências dos moradores que os produziram.

Artigo 3º - O descumprimento desta norma poderá implicar à empresa responsável, a proibição de renovação ou nova contratação com o Poder Público Municipal.

Artigo 4º - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo, especialmente no que concerne ao estabelecimento das penalidades.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 15 de outubro de 2013



PAULO MARCOS GUEDES
Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 256/2013 - REFERENTE AO PROJETO DE
LEI Nº 256/2013, PROCESSO Nº 13929-324-13.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 256/2013, de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, que proíbe o amontoamento de lixo doméstico nos cruzamentos das vias públicas do Município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

218 
468

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

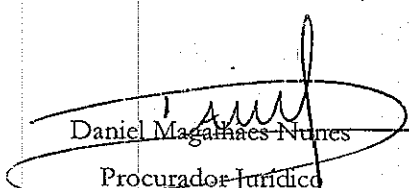
No caso em apreço, o projeto de lei estabelece a proibição de amontoamento de lixo doméstico nos cruzamentos das vias públicas do Município de Rio Claro.

Vale ressaltar, que no entender desta Procuradoria Jurídica, para que haja a legalidade do presente projeto de lei, a possibilidade de amontoamento de lixo doméstico nos cruzamentos das vias públicas NÃO pode estar prevista no contrato administrativo firmado entre o Poder Executivo e a concessionária responsável pelo recolhimento de lixo doméstico, uma vez que neste caso, haveria intromissão em matéria de cunho administrativo, tendo em vista que tal prática estaria prevista pelo respectivo contrato.

Assim, esta Procuradoria Jurídica solicita que seja oficiado ao Poder Executivo para que o mesmo informe se no contrato administrativo firmado com a concessionária responsável pelo recolhimento de lixo doméstico encontra-se ou não prevista a possibilidade de amontoamento de lixo nos cruzamentos das vias públicas.

Por fim, caso a resposta emitida pelo Poder Executivo seja no sentido de que não existe previsão contratual sobre o assunto, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei *sub análise* se revestirá de legalidade. Entretanto, caso já houver previsão no contrato a respeito do tema, o Poder Legislativo não poderá interferir em matéria já definida em contrato administrativo firmado pela Municipalidade.

Rio Claro, 24 de outubro de 2013.


Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 256/2013

PROCESSO 13.929

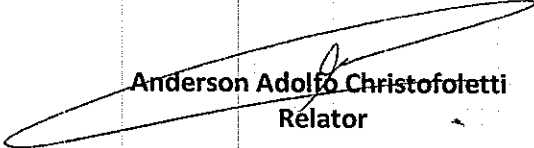
PARECER Nº 215/2013

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, proíbe o amontoamento de lixo doméstico nos cruzamentos das vias públicas do Município de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela legalidade do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.

João Luiz Zaine


Anderson Adolfo Christofolatti
Relator


Geraldo Luis de Moraes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 256/2013

PROCESSO 13.929

PARECER Nº 160/2013

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, proíbe o amontoamento de lixo doméstico nos cruzamentos das vias públicas do Município de Rio Claro.

Projeto de Lei. Esta Comissão opina pela aprovação do referido

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.

José Julio Lopes de Abreu

João Luiz Zaine
Relator

José Pereira dos Santos

471

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 256/2013

PROCESSO 13.929

PARECER Nº 169/2013

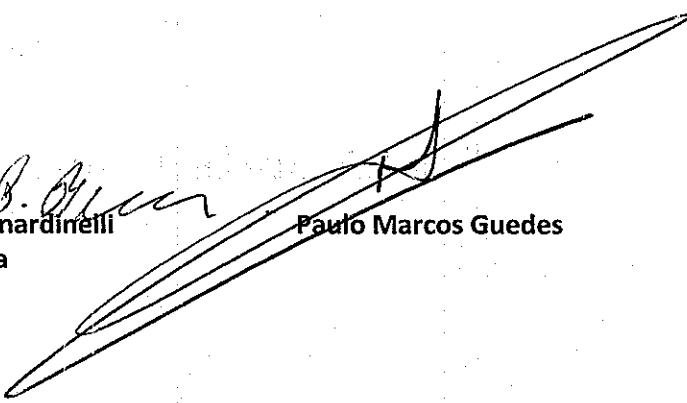
O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, proíbe o amontoamento de lixo doméstico nos cruzamentos das vias públicas do Município de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 27 de novembro de 2013.

Dalberto Christofolletti


Raquel Picelli Bernardinelli
Relatora


Paulo Marcos Guedes



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Ofício G.P. nº 2001/2013

Rio Claro, 25 de Novembro de 2013.

Nobre Vereador.

Em atenção ao Ofício S/Nº 26/11/13, informamos que, o contrato 77/2013, cópia anexa em sua cláusula 2ª sub item 2.19 já prevê que a coleta deverá ser de porta em porta, não sendo permitido o amontoamento de sacos de lixo nas esquinas e canteiros centrais.

Sem mais, para o momento,
renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VALTIMIR RIBEIRÃO
Chefe de Gabinete

Nobre Vereador.

AGNELO DA SILVA MATOS NETO.

Rio Claro - SP

473



CONTRATO N. 77/2013

CÓPIA

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI REALIZAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE RIO CLARO E DE OUTRO A EMPRESA AMBIENTELIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., DESTINADO A COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOMICILIARES E COMERCIAIS, BEM COMO, DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTÊINERES (LOTE 01).

PREÂMBULO

CONTRATANTES – Pelo presente termo de contrato que entre si realizam de um lado, o **MUNICÍPIO DE RIO CLARO**, Estado de São Paulo, sediado na Rua 3, n. 945, Bairro Centro, Cep: 13500-907, Paço Municipal – Dr. Augusto Schmidt Filho, nesta cidade de Rio Claro, inscrito no CNPJ/MF sob n. 45.774.064/0001-88, doravante, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por força do contido no art. 4º, do Decreto Municipal n. 7290/05, pelo Sr. **PALMÍNIO ALTIMARI FILHO – Prefeito Municipal**, portador do RG sob n. 8.656.950-8-SSP/SP e do CPF/MF sob n. 036.653.508-08 e de outro lado a empresa **AMBIENTELIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**, sediada na Rua Funchal nº 538, cj.-181-18º andar, sala 02 – Cond. Ed. Work P. Funchal, Bairro Vila Olímpia, Fone/Fax: (11) 3044-1606, Cep: 04551-050, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n. 15.531256/0001-00, neste ato representada por seu Sócio Sr. **JOÃO CARLOS KENJI CHINEN**, portador do RG n. 16.812.054-9-SSP/SP e do CPF/MF n. 123.378.398-00, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, ficam as partes subordinadas às disposições da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, devidamente atualizada, nas disposições da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, sem prejuízo das demais normas aplicáveis à espécie e nas condições estabelecidas no presente contrato.

LOCAL E DATA – O presente contrato foi lavrado no Departamento de Compras e Licitação, aos 18 dias do mês de março do ano de 2013.

FUNDAMENTO LEGAL – O presente contrato observa as normas do EDITAL N. 127/2011 – CONCORRÊNCIA N. 05/2011, da proposta vencedora do certame LOTE N. 01, em conformidade com a Lei Federal n. 8.666/93, art. 23, inc. I, “c”, e art. 45, § 1.º, inc. I, e será regido pelas cláusulas e condições a seguir descritas.

CLÁUSULAS

CLÁUSULA PRIMEIRA 1. - DAS CONDIÇÕES

1.1 – Por este instrumento a **CONTRATADA** se obriga para com o **CONTRATANTE** a execução de um conjunto de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos domiciliares e comerciais, bem como, disponibilização de contêineres, no Município de Rio Claro.

CLÁUSULA SEGUNDA 2. - DO OBJETO

2.1 – A **CONTRATADA** fica obrigada a prestar ao **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, dentro do prazo contratado de acordo com a legislação vigente e pertinente, em conformidade com o **ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO LOTE N. 01** do EDITAL N. 127/11, grafado abaixo, *in verbis*:

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO LOTE N. 01

A) COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DOMICILIARES; COMERCIAIS; DE SERVIÇOS E INSTITUCIONAIS; E DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS DAS INDÚSTRIAS E DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTÊINERES.

1.- Objetivos Gerais

1.1 - O presente objetiva definir os procedimentos mínimos necessários para viabilizar a Coleta de Lixo Urbano e seu transporte ao local de destino final indicado pelo **CONTRATANTE**, de acordo com a legislação vigente.

1.2 – A autorização para realização do serviço está condicionada ao recebimento da respectiva “Ordem de Serviço”, que deverá conter as especificações do serviço, o universo de atendimento e o prazo de execução.

1.3. A **CONTRATADA** deverá dispor de instalações próprias ou locadas, com infraestrutura adequada para execução dos serviços licitados, a qual deverá conter:

- 1.3.1. Instalações administrativas;
- 1.3.2. Vestiários, sanitários e refeitórios;
- 1.3.3. Almoxarifado;

CONCORRÊNCIA N. 05/11 – COLETA DE LIXO RESIDENCIAL E COMERCIAL – AMBIENTELIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

474



- 1.3.4. Pátio de estacionamento de veículos coletores;
- 1.3.5. Box para lavagem e lubrificação de veículos;
- 1.3.6. Oficina mecânica com ferramental apropriado.
- 1.4. Para a instalação supra, a CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviços.

2. Definição dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos: domiciliares; comerciais; de serviços e institucionais; e das áreas administrativas das indústrias e disponibilização de contêineres.

2.1. Define-se como coleta domiciliar, os serviços de recolhimento e transporte do lixo gerado pelos domicílios, estabelecimentos comerciais e industriais (com características de domiciliares), desde que acondicionados em recipientes apropriados, cuja produção não exceda a 100kg/dia (cem quilos por dia) divididos em sacos com no máximo 20kg (vinte quilos) ou 200l/dia (duzentos litros por dia) por gerador.

2.1.1. Geradores de quantidades diárias acima do estabelecido no item anterior serão responsáveis pela coleta e transporte dos referidos resíduos até o local de destino final indicado, não sendo responsabilidade, portanto, da CONTRATADA.

2.2. Coleta e Transporte – O lixo domiciliar, originado das residências e o lixo comercial, originado dos estabelecimentos comerciais, educacionais e de serviços, escritórios e resíduos comuns de indústrias deverão ser coletados porta a porta em toda a área urbana do município, quer no seu perímetro, quer nas sedes de seus distritos não sendo permitido o amontoamento de sacos de lixo nas esquinas.

2.2.1. Na impossibilidade de acesso do veículo coletor, a remoção será manual, até a distância de 150m (cento e cinquenta metros) de extensão de via.

2.2.2. Não será permitida, em hipótese alguma, a catação de materiais recicláveis pelos coletores e amontoados na traseira dos caminhões.

2.3. O local de destino final do lixo dista cerca de 10km (dez quilômetros) do marco "0" (zero) da cidade, podendo sofrer alteração no decorrer da execução dos serviços.

2.3.1. Conforme descrito no subitem 18.1 do EDITAL, o Aterro Sanitário do Município de Rio Claro está localizado no Km 3 da Rodovia SP 127 – Estrada Municipal RCL 140.

2.4. A coleta domiciliar deverá recolher os seguintes tipos de resíduos, dentro das limitações citadas no subitem 2.1 anterior:

2.4.1. Resíduos domiciliares;

2.4.2. Materiais de varredura domiciliar e pública;

2.4.3. Resíduos sólidos originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação e serviços públicos;

2.4.4. Podas vegetais acondicionadas em sacos com no máximo 20Kg por saco e máximo de 100 litros.

2.5. Estão excluídos de recolhimento os seguintes itens:

2.5.1. Animais mortos de pequeno e grande porte;

2.5.2. Resíduos líquidos de qualquer natureza;

2.5.3. Lotes de mercadorias e medicamentos;

2.5.4. Resíduos provenientes de linha de produção industriais;

2.5.5. Entulho, ferro e sobra de materiais de construção em quantidade superior a 20 kg/dia (vinte quilos por dia);

2.5.6. Restos de móveis, de mudança, de colchões e outros similares com volume superior a 100l (cem litros);

2.5.7. Podas de árvores.

2.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar 240 (duzentos e quarenta) contêineres novos, com tampa e rodízio, de material impermeável de fácil limpeza com capacidade de, no mínimo, 1.000l (um mil litros) para uso do município, em áreas públicas, cuja quantidade inicial consta da Planilha Orçamentária (ANEXO IV).

2.7. A quantidade de contêineres supracitados deverá ser disponibilizada nas escolas e prédios municipais da seguinte forma

2.7.1. - 80 (oitenta) contêineres, com tampa e rodízios, na cor marrom, para lixo orgânico;

2.7.2. - 80 (oitenta) contêineres, com tampa e rodízios, na cor azul, para lixo seco – reciclável;

2.7.3. - 80 (oitenta) contêineres, com tampa e rodízios, para usos eventuais, na cor azul ou marrom, conforme necessidade da CONTRATANTE.

2.8. Os contêineres da cor marrom (subitem 2.7.1) contendo lixo orgânico serão recolhidos pelos veículos da coleta domiciliar.

2.9. Os contêineres da cor azul (subitem 2.7.2) contendo o lixo seco – reciclável – serão recolhidos pelos veículos da coleta seletiva.

2.10. A disposição dos contêineres será em área urbana do Município conforme a necessidade.

2.11. Estabelecimentos que gerarem acima de 200l/dia (duzentos litros por dia) ou 100kg/dia (cem quilos por dia) de resíduos, serão considerados grandes geradores, os quais deverão contratar empresa especializada para a realização da coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares até o local da destinação final, com exceção dos estabelecimentos públicos.

2.12. A coleta domiciliar/comercial a ser efetuada no período previsto para a vigência do Contrato está estimada em 40.000ton (quarenta mil toneladas) para um período de 12 (doze) meses.

2.13. Os itinerários de coleta poderão ser objeto de modificações durante a execução do contrato, desde que estudos específicos sejam realizados para melhoria na execução dos serviços, em prazo a ser estabelecido de comum acordo entre as partes, devendo ser mantida, em princípio, a setorização original, horário e frequência da Coleta, relacionados e mostrados graficamente no (ANEXO XIII) Mapa do Município.

2.14. Estudos deverão ser realizados para detalhar o início e fim de cada setor e o itinerário a ser seguido, sendo que quaisquer alterações só poderão ser introduzidas mediante autorização expressa do CONTRATANTE e prévia comunicação aos usuários dos serviços.

2.15. A coleta de resíduos na área de conglomerados urbanos desprovidos de ruas de acesso deverá ser feita por pessoal da CONTRATADA, de forma a evitar a deposição de resíduos nos córregos, vielas e terrenos baldios.



CÓPIA

- 2.16. As possíveis mudanças nos setores de coleta não poderão diminuir a frequência nos setores atuais.
- 2.17. O serviço de coleta apresenta frequência mínima diferenciada por área de atendimento. Na planta fornecida da coleta de lixo, o setor diário, deverá ser coletado de segunda-feira a sábado e o restante da cidade alternadamente (três vezes por semana) e nos feriados, quando não houver coleta, a licitante disponibilizará um caminhão coletor para coleta nas vias duplas ou onde houver eventos em locais públicos, desde que previamente solicitados.
- 2.17.1. Os feriados não trabalhados serão somente as comemorações do dia 01 de janeiro, a sexta-feira Santa e o dia 25 de dezembro sendo que nos demais feriados os serviços de coleta deverão ser realizados normalmente.
- 2.17.2. Quando o regime de coleta domiciliar ocorrerem dias alternados, esse deverá ser feito de segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira ou terça-feira, quinta-feira e sábado. Caso a coleta não tenha sido realizada no dia estipulado, a mesma deverá ser realizada imediatamente no dia seguinte, sem prejuízo daquela a ser realizado no setor do dia.
- 2.18. A coleta domiciliar nas áreas mais congestionadas deverá ser obrigatoriamente no período noturno, para evitar a obstrução das vias de maior movimento pelos caminhões coletores.
- 2.19. A coleta deverá ser realizada de porta em porta em ruas e avenidas. 2.19.1. Não serão permitidos amontoamentos de sacos de lixo nas esquinas e canteiros centrais de vias duplas, para efeito de facilitar a coleta.
- 2.20. A CONTRATADA deverá atender todos os núcleos habitados da malha urbana, que venham a se criar em virtude da expansão do município, independentemente de se localizarem nos Bairros e Distritos listados no mapa de setorização. Para que não ocorra prejuízo no horário e período de coleta, será admitida uma variação de 30 (trinta) minutos sem justificativas.
- 2.21. Para coleta e transporte do lixo residencial/comercial, a empresa deverá disponibilizar 08 (oito) caminhões coletores compactadores com capacidade mínima de 15m³ (quinze metros cúbicos) cada, zero quilômetro, e mais 02 (dois) veículos de reserva, com dispositivos para coleta dos contêineres, totalizando 10 (dez) caminhões. Deverão possuir dispositivo de coleta de líquidos resultantes do processo de compactação, suportes para pá e vassoura (equipamentos obrigatórios), iluminação de advertência, bem como deverá respeitar a lei do silêncio e de emissões gasosas.
- 2.21.1. Para os inícios dos serviços, admitir-se-á a operação com equipamentos e veículos que atendam as características técnicas exigidas neste Edital e seus Anexos, sendo que os veículos e equipamentos novos, exigidos para a presente Contratação, deverão ser inseridos nos serviços no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar do início das operações.
- 2.21.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar 01 (um) veículo tipo Caminhonete ou similar, zero quilômetro com motorista e ajudante para eventuais ocorrências na coleta dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais.
- 2.21.3. A CONTRATADA se compromete a ampliar a frota se necessário no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATANTE assim o exigir, para promover a melhoria do sistema de coleta.
- 2.21.4. A CONTRATADA deverá comunicar por escrito a substituição de veículos e equipamentos por quebra ou falha mecânica num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido, desde que devidamente justificada.
- 2.21.4.1. A substituição deverá ocorrer imediatamente após a quebra do veículo ou equipamento.
- 2.21.4.2 Cada veículo coletor deverá estar equipado com: motorista e 03 (três) coletores devidamente uniformizados e protegidos com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs - luvas durante a coleta e as capas protetoras em dia de chuva, além de outro eventual vestuário de segurança, tal como colete refletor, boné, etc.).
- 2.21.5. Os veículos serão pesados antes e depois das descargas em balança indicada pelo Município, cujos tickets serão assinados por funcionários da CONTRATANTE e as vias distribuídas para a Prefeitura (1ª via), para a CONTRATADA (2ª via) e para o controlador da balança (3ª via).
- 2.21.6. A CONTRATADA será responsável pela operação, manutenção e vigilância da balança existente no Aterro Sanitário do Município.
- 2.21.6.1. A operação consiste em pesar todos os resíduos que serão depositados no Aterro Sanitário inclusive os de particulares autorizados pelo Município.
- 2.22. Todos os caminhões e equipamentos deverão pertencer a frota própria da CONTRATADA, não sendo permitida a subcontratação.
- 2.23. O local de destino final dos resíduos coletados constará da Ordem de Serviço, onde será descarregado em área previamente determinada, que atenda o Plano de Operação de Resíduos Domiciliares do Município de Rio Claro.
- 2.24. A medição mensal deverá ser encerrada no último dia útil de cada mês e a nota fiscal - fatura deverá ser acompanhada da planilha, contendo todas as pesagens e assinada pelos responsáveis da CONTRATADA, bem como dos comprovantes de pagamento das obrigações fiscais, como FGTS e INSS da totalidade dos empregados da CONTRATADA envolvidos na prestação destes serviços, licitados pelo Município.
- 2.25. Os pagamentos serão efetuados diretamente pela Divisão de Tesouraria do Município, que emitirá ordem de pagamento através de crédito bancário em nome da CONTRATADA, após medição mensal vista da pela fiscalização, conferida e autorizada pelo Diretor responsável e Secretário da área de atuação, conforme subitem 19.1 do EDITAL.

B) TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (COLETA SELETIVA)

3. Descrição dos serviços referente ao transporte de resíduos sólidos recicláveis (coleta seletiva)
- 3.1. A CONTRATADA deverá entender e considerar que a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos são uma solução indispensável, por permitir a redução do volume de lixo para disposição final no aterro sanitário e fazer parte da Política Municipal de Resíduos Sólidos do Município de Rio Claro.
- 3.1.1. A coleta seletiva deve ser tratada como um Programa Ambiental que visa reduzir o volume de resíduos sólidos destinados ao aterro sanitário, a Coleta Seletiva é, acima de tudo, um projeto de inclusão social e geração de renda para os catadores de lixo reciclável, agora amparado pela nova legislação que



trata do Plano Nacional de Saneamento Básico, com ênfase na Política Nacional dos Resíduos Sólidos, recentemente regulamentada (Leis 11.445/07; 12.305/10 e Decretos 7.217/07, 7.404/10 e 7.405/10).

3.1.2. O fundamento deste processo é a separação, pela população, no próprio domicílio, dos materiais recicláveis (papéis, vidros, plásticos e metais) do restante do lixo úmido, que é destinado ao aterro ou à Usina de Triagem e Compostagem; devendo a CONTRATADA participar desse processo conforme especificações deste Termo de Referência.

3.1.3. A implantação da coleta seletiva em Rio Claro iniciou-se pela necessidade da retirada de catadores do Aterro Sanitário, dando-se início a um projeto piloto, cujo primeiro passo foi o cadastramento destes catadores pela Secretaria de Ação Social, fornecendo-lhes subsídios para a formação de uma cooperativa, combinado com um processo de informações junto a população, convencendo-a da importância da reciclagem no domicílio e orientando-a para que separasse o lixo orgânico (úmido) do lixo inorgânico (seco) passível de reciclagem, devendo ser mantido o padrão inicial a critério da CONTRATANTE ou até que mudanças sejam feitas por esta e informado à CONTRATANTE por escrito.

3.2. A coleta seletiva atual, realizada porta-a-porta, atinge diversos bairros do município, beneficiando a cooperativa de catadores devidamente regularizada e que conta atualmente com 35 (trinta e cinco) cooperados, que processam cerca de 70 (setenta) toneladas mensais, sendo que com a ampliação das atividades para a totalidade da cidade a meta deverá alcançar 200 ton/mês (duzentas toneladas por mês), desta forma, iremos atender 100% do Município.

3.3. A ampliação da coleta contemplará, ainda, os postos de entregas voluntárias – Ecopontos – instalados em locais estratégicos, podendo-se estimular iniciativas em conjuntos habitacionais, shopping centers, edifícios comerciais e públicos.

3.4. A coleta seletiva deverá empregar no mínimo 04 (quatro) equipes, sendo que cada uma delas será constituída por:

3.4.1.- 01 (um) caminhão baú de 30m³ (trinta metros cúbicos) novo (zero quilometro).

3.4.2. - 01 (um) motorista

3.4.3. - 02 (dois) ajudantes para cada caminhão.

3.5. A medição será pela quantidade de equipe disponibilizada no mês.

3.6. O horário de operação será das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h de segunda –feira a sexta-feira e das 7:30h às 11:30h no sábado.

3.7. Os rejeitos resultantes das atividades da Cooperativa deverão ser dispostos em 02 (duas) caçambas metálicas, de 5m³ (cinco metros cúbicos) cada, a serem disponibilizadas pela CONTRATADA, que serão coletados e transportados para o local de destino final indicado, seguindo os procedimentos previstos no item C, subitem 5.3 deste Termo de Referência.

3.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar um veículo tipo Van novo (zero quilometro), com no mínimo 10 lugares e 1(um) motorista para transporte dos coletores até os pontos de coleta.

COOPERAÇÃO DOS ECOPONTOS

4. Descrição dos serviços referente a operação dos Ecopontos

4.1. A CONTRATADA para o LOTE 01 deverá operar todos os Ecopontos instalados em zonas urbanas e rurais a serem instalados progressivamente, devendo disponibilizar 10 (dez) caçambas metálicas novas, de 5m³ (cinco metros cúbicos) para cada Ecoponto previsto, dos quais 03 (três) já se encontram instalados e os 03 (três) demais em fase de execução, cuja relação consta do ANEXO III.

4.2. A CONTRATADA deverá promover a remoção das caçambas cheias, mediante substituição por caçambas vazias, efetuar o transporte e a disposição final em locais indicados pelo Departamento de Resíduos Sólidos de acordo com as características dos resíduos nelas contidos.

4.3. Deverá ser mantida reserva técnica de 10% (dez por cento) das caçambas para fins de rotatividade e eventuais atendimentos de urgência.

4.4. Deverão ser empregados caminhões do tipo Poliguindaste novos (zero quilometro), com capacidade para recolher até 02 (duas) caçambas de 5m³ (cinco metros cúbicos) por viagem, com frequência compatível com a demanda.

4.5. A cada viagem o veículo deverá deixar uma caçamba vazia para cada caçamba recolhida com resíduos.

4.6. Os Ecopontos instalados pela Prefeitura de Rio Claro funcionarão 16 (dezesseis) horas por dia útil, entre às 06:00h e 22:00h, de segunda-feira a sábado.

4.6.1. Cabe à CONTRATADA a administração pessoal dos mesmos, orientando os usuários quanto à prática aplicada nos Ecopontos, através da disponibilização de 01 (um) funcionário em cada unidade (Ecoponto) por turno de 8 (oito) horas;

4.6.2. Cabe à CONTRATADA a manutenção e conservação dos Ecopontos;

4.6.3. Cabe à CONTRATADA a segurança dos Ecopontos nos horários fora de expediente, inclusive finais de semana e feriados. Para segurança, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 02 (dois) funcionários e uma motocicleta para percorrer os 6 (seis) Ecopontos.

4.6.3.1. O serviço de segurança deverá ocorrer das 22:00h às 06:00h de segunda a sábado, sendo que aos domingos, como os Ecopontos estarão fechados, a segurança deverá ocorrer durante o dia e a noite.

4.6.3.2. Nos feriados, a segurança também deverá estar ativa durante o período em que os Ecopontos estiverem fechados. A ausência de disponibilização de tais funcionários acarretará aplicação de multa.

4.7. Nos feriados em que os Ecopontos estiverem abertos, o expediente será das 08:00h até 17:00h.

4.7.1. Os feriados de 1º de janeiro, sexta-feira da Paixão, 25 de dezembro (Natal) e 31 de dezembro não haverá expediente.

4.8. Os custos com energia elétrica e água nos Ecopontos correrão por conta da Prefeitura (CONTRATANTE).

4.9. Os materiais entregues pela população serão constituídos por pequenas quantidades de entulho, terra e sobras de materiais de construção que deverão ser depositados nas respectivas caçambas. Não serão admitidas embalagens contendo materiais de diversas características.



CÓPIA

- 4.10. Restos de móveis, de colchões, de utensílios, de mudança e outros similares, em pedaços que fiquem contidos, assim como podas de jardins e árvores domésticas que deverão ser depositados nas respectivas caçambas, em pedaços de, no máximo, 1m (um metro) de comprimento.
- 4.11. Só serão recebidos resíduos cujos volumes não excedam a 1m³ (um metro cúbico) por entrega, por tipo ou característica do resíduo.
- 4.12. Volumes excedentes por entrega não serão aceitos nos Ecopontos, devendo o Encarregado informar ao entregador o local de destinação final segundo o tipo de resíduo por ele apresentado.
- 4.13. A disponibilização de equipes e a medição serão na forma como previsto na Planilha Orçamentária (ANEXO IVA).

D) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAÇAMBAS METÁLICAS EM ÁREAS RURAIS

5. Descrição dos serviços referente ao fornecimento e instalação de caçambas metálicas em áreas rurais
5. A população rural que afliu para a cidade há muito reclama por não poder dispor corretamente os resíduos domiciliares gerados em suas comunidades. Assim, atendendo às suas reivindicações esta Administração tomou a iniciativa de disponibilizar caçambas metálicas que serão localizadas em pontos estratégicos das vias de acesso à cidade para que os mesmos possam depositar nelas os resíduos gerados em suas comunidades, conforme disposto no ANEXO VIII.
- 5.1. As suas instalações deverão ocorrer nos locais indicados, mediante a limpeza e compactação da base que possa comportar 1 (uma) ou 2 (duas) unidades.
- 5.1.1. A limpeza e manutenção do local das caçambas será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.1.2. A equipe para a realização deste serviço será formada por um motorista e um ajudante, que fará a limpeza e manutenção dos locais das caçambas.
- 5.2. As caçambas deverão ser novas, metálicas, de 5m³ (cinco metros cúbicos) cada, possuir tampa e serem retiradas por caminhões Poliguindaste com capacidade para transportar 2 (duas) unidades por viagem.
- 5.3. A coleta desses resíduos deverá ser executada em frequência bi-semanal e a cada retirada de caçamba cheia de resíduos, outra caçamba vazia deverá substituí-la, imediatamente.
- 5.4. A conservação e a higienização das caçambas serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.5. Deverão ser fornecidas inicialmente 20 (vinte) unidades de caçambas com capacidade de 5m³ (cinco metros cúbicos), inclusive reserva técnica de 10% (dez por cento), podendo ser ampliada a quantidade de unidades e locais de instalação, conforme a demanda.
- 5.6. A atividade obedecerá a duas formas de medição:
- 5.6.1. As caçambas disponibilizadas serão medidas sob a forma de locação mensal.
- 5.6.2. Os resíduos coletados obedecerão ao critério adotado para a coleta domiciliar.

E) IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

6. Descrição dos serviços referente à implantação de programa de educação ambiental
- 6.1. A CONTRATADA deverá elaborar um programa de Educação Ambiental para aplicação no município, visando levar ao conhecimento dos munícipes a necessidade de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- 6.2. A Política Nacional do Meio Ambiente datada de 1981, conforme Lei nº 6.938, que consagra a Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, incluiu a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
- 6.3. O Parecer nº 226/87, do Conselho Federal da Educação, indicou o caráter interdisciplinar da educação ambiental, recomendando a criação de Centros de Educação Ambiental, o que veio consagrado na Constituição de 1988, art. 225, para garantir o princípio do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- 6.4. A Lei Federal nº 9.795/99 identificou como Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, adquirem conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.
- 6.5. Este município não é exceção dentre a maioria das municipalidades brasileiras que, nas últimas décadas vêm buscando aliar o desenvolvimento econômico ao frágil equilíbrio da natureza. Observa-se que os alunos e os cidadãos estão procurando cada vez mais informações sobre as questões ambientais.
- 6.6. Diante desses conceitos, o estabelecimento de um programa de educação ambiental voltado aos problemas da limpeza urbana e dos resíduos sólidos é uma iniciativa oportuna, onde as atividades de incentivo à população para reavaliar os costumes sobre o descarte dos rejeitos domésticos podem ajudar na coleta desses resíduos com reaproveitamento dos produtos que podem ser reciclados, conhecidos como lixo seco, separando-os no domicílio, do lixo considerado úmido, que representa a fração orgânica, cujo sistema de coleta seletiva opera em dias diferentes daqueles da coleta domiciliar convencional.
- 6.7. Desta forma, deverá ser elaboradas campanhas de esclarecimento permanente sobre a limpeza pública, após a devida aprovação pela SEPLADEMA, mediante a confecção e distribuição de material educativo impresso e anúncios em rádio local com duração de 15 (quinze) segundos, com frequência de 03 (três) vezes ao dia em uma semana a cada trimestre.
- 6.8. Uma equipe constituída por 01 (um) profissional de nível superior com capacitação na área de resíduos, auxiliado por 01 (um) estagiário, estudante ou bolsista que estejam matriculados em curso superior na área ambiental que preferirão palestras em escolas e associações objetivando alcançar o fim almejado.
- 6.8.1. A equipe será formada por 02 (dois) funcionários, cuja qualificação mínima está descrita acima.
- 6.8.2. Deverá ser disponibilizado à equipe um veículo popular novo (zero quilometro), para sua locomoção.
- 6.9. Deverão ser elaborados eventos periódicos concernentes aos serviços de limpeza urbana a fim de conscientizar a população quanto à necessidade de enfocar o desafio para melhorar o meio ambiente.
- 6.10. A meta é desenvolver nas crianças e nos cidadãos a consciência da necessidade de manter limpa a sua rua, os parques e jardins de sua cidade; relacionar as propriedades da matéria com a reutilização/reciclagem dos resíduos; reconhecer a importância da reciclagem; demonstrar a importância da limpeza urbana: coleta, varrição, tratamento e disposição final do lixo; demonstrar a vinculação entre o tripé: Saneamento básico - Qualidade de vida - Saúde Pública.



6.11. A segregação dos resíduos no domicílio deverá receber o maior enfoque nesse trabalho, pois é aí o berço do sucesso do empreendimento, que terá como base a reeducação dos munícipes quanto à forma de dispor os seus resíduos, para coleta pelo Poder Público.

6.12. A Educação Ambiental será medida por equipe disponibilizada mensalmente.

F) COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAIS VOLUMOSOS - CATA BAGULHO.

7. Descrição dos serviços de coleta e transporte de materiais volumosos - Cata Bagulho.

7.1. A necessidade de pronto atendimento das ocorrências constantemente presentes no cotidiano da Administração Pública contrapõe-se à indisponibilidade de mão-de-obra do quadro próprio para a sua solução imediata o que a leva a buscar na iniciativa privada a parceria que minimiza a lacuna funcional para a manutenção da limpeza da cidade em segmentos diversificados.

7.2. Define-se como serviço de coleta de materiais volumosos a operação de retirada desses materiais dispensados pela população em atendimento à divulgação pela CONTRATANTE dos bairros que serão atendidos, datas, etc. e seu transporte para o local de destino final indicado.

7.3. Entende-se por materiais volumosos os resíduos não provenientes de processos industriais, constituídos basicamente por materiais domésticos volumosos não removidos pela coleta pública municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira e assemelhados.

7.4. Os serviços serão realizados de acordo com as Ordens de Serviço expedidas pela CONTRATANTE.

7.5. Todo o ferramental, equipamentos, utensílios, materiais e EPI's necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA.

7.6. Quaisquer consequências decorrentes do uso inadequado e/ou negligente dos procedimentos de execução dos serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

7.7. Os rejeitos eventualmente encontrados na massa de resíduos volumosos coletados deverão receber a destinação adequada à sua característica.

7.8. O roteiro de coleta nos bairros se dará na forma descrita no ANEXO X.

7.9. A CONTRATADA deverá fornecer 02 (duas) equipes, sempre uniformizadas e com os EPI's adequados ao tipo de atividade a ser praticada, comparecendo nas frentes de trabalho nos horários indicados e portando o ferramental apropriado.

7.10. Cada equipe deverá ser constituída por:

7.10.1.- 01 (um) Caminhão novo (zero quilometro), com carroceria de madeira de no mínimo 11m3 (onze metros cúbicos) de capacidade, com motorista;

7.10.2. - 02 (dois) Ajudantes Gerais.

7.11. A medição será por equipe / mês, conforme Planilha Orçamentária (ANEXO IVA).

(...)

9 - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA OS LOTES 01 E 02.

9.1. Todos os serviços - objeto desta licitação - serão fiscalizados pelo Engenheiro do Departamento de Resíduos Sólidos do Município e a comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será sempre por escrito.

9.2. Quando, por necessidade ou conveniência de serviço, houver entendimentos verbais, este serão confirmado por escrito no prazo impreritível de 05 (cinco) dias.

9.3. A fiscalização da SEPLADEMA não diminui nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e correta execução dos serviços.

9.4. A fiscalização poderá a qualquer momento, examinar a documentação da CONTRATADA relativa ao pessoal empregado para execução dos serviços podendo exigir a apresentação dos comprovantes de atendimento às obrigações trabalhistas e previdenciárias correspondentes.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS PARA OS LOTES 01 E 02

10.1. A operação das atividades licitadas obrigará as licitantes vencedoras dos LOTES 1 e 2 a manter em seus quadros permanentes, para acompanhamento da execução dos objetos contratados:

10.1.1. - 1 (um) Gerente geral (Engenheiro) responsável por todas as atividades praticadas e relacionadas com o contrato firmado com a SEPLADEMA.

10.1.2. - 1 (um) Encarregado geral, com veículo, que acompanhará a execução de todas as atividades, reportando diretamente à Gerência da SEPLADEMA.

10.1.3. - 1 (um) funcionário administrativo, que cuidará de toda atividade burocrática, controles, planilhas de medição, pessoal, etc.

10.1.4. - Demais funcionários burocráticos necessários às atividades, a critério da CONTRATADA.

CLAUSULA TERCEIRA:- 3. PREÇO - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços explicitamente detalhados na cláusula segunda, os respectivos preços unitários e totais em conformidade com o ANEXO VA - PROPOSTA COMERCIAL, abaixo transcrita:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	QUANT	UN	UVALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	A COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS, INCLUSIVE DISPONIBILIZAÇÃO DE 240 (duzentos e quarenta) CONTEINERES PLÁSTICOS DE 1.000 (mil) LITROS;	4.000,00	TON	76,81	307.240,00
	B COLETA SELETIVA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS;	4,00	EQUIPE/MÊS	13.594,92	54.379,68
	VEICULO TIPO VAN DE 16 (dezesseis) LUGARES COM MOTORISTA;	1,00	UN	5.429,57	5.429,57
	C OPERAÇÃO DOS ECOPONTOS, INCLUSIVE DISPONIBILIZAÇÃO DE 10 (dez) CAÇAMBAS METÁLICAS DE 5m³ (cinco metros cúbicos) PARA CADA UNIDADE; INCLUSIVE RESERVA TÉCNICA DE 10% (dez por cento);	1,00	EQUIPE/MÊS	54.058,90	54.058,90

CONCORRÊNCIA N. 05/11 - COLETA DE LIXO RESIDENCIAL E COMERCIAL - AMBIENTELIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.



CÓPIA					
D	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAÇAMBAS EM ÁREAS RURAIS;	20,00	256,53	5.516,60	
E	IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL;	1,00	EQUIPE/MÊS 12.842,95	12.842,95	
F	COLETA DE TRANSPORTE DE MATERIAIS VOLUMOSOS (CATA BAGULHO);	2,00	EQUIPE/MÊS 13.332,11	26.664,22	
VALOR TOTAL R\$				466.131,92	
VALOR TOTAL POR 12 MESES R\$				5.593.583,04	

CLAUSULA QUARTA:- 4. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - O valor total da presente contratação é de: R\$ 5.593.583,04 (cinco milhões quinhentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e três reais e quatro centavos), sendo que o valor mensal da contratação é de: R\$ 466.131,92 (quatrocentos e sessenta e seis mil cento e trinta e um reais e noventa e dois centavos) para o cumprimento do objeto contratual referente aos serviços descritos na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUINTA:- 5. DO REAJUSTE

5.1 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis por 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato.

5.2 - Havendo prorrogações anuais, os preços unitários serão reajustados de acordo com a variação indicada pelo Índice IPCA/IBGE.

5.3 - O primeiro reajuste terá como data base, a data da proposta nos termos do art. 40, inc. XI, da Lei Federal nº 8.666/93, c.c art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192/01, enquanto os demais ocorrerão na data de aniversário do contrato.

5.4 - O(s) período(s) de vigência contratual estipulado(s) nos termos do subitem 7.1 não exime o CONTRATANTE da comprovação de existência de recursos orçamentários aprovados por lei, nos termos do art. 167, inc. II, da Constituição Federal, para a efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao da assinatura do contrato.

5.5 - É obrigação da(s) CONTRATADA(s) aceitar(em), nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessárias, a critério da SEPLADEMA, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitado o direito ao reequilíbrio dos preços.

CLÁUSULA SEXTA:- 6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - Os pagamentos serão efetuados diretamente pela Divisão de Tesouraria do Município, que emitirá ordem de pagamento através de crédito bancário em nome da CONTRATADA, 10 (dez) dias após medição mensal, vistada pela fiscalização, conferida e autorizada pelo Diretor responsável e Secretário da área de atuação.

6.2 - A medição ocorrerá no último dia útil de cada mês e a nota fiscal-fatura deverá ser apresentada para pagamento acompanhada da planilha de medição vistada pela Fiscalização.

6.3 - A nota fiscal-fatura deverá destacar o valor total da mão de obra e do valor resultante da aplicação de 11% (onze por cento) para retenção a crédito do INSS.

6.4 - O valor do ISSQN de 4% (quatro por cento) também deverá ser destacado na nota fiscal fatura para retenção a crédito do CONTRATANTE.

6.5 - Juntamente com as faturas e respectivas medições, necessariamente, deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento do FGTS, INSS dos empregados que estiverem prestando os serviços.

6.5.1 - Se, na ocasião da medição e fatura não houver disponibilidade de tais documentos, os mesmos poderão ser juntados posteriormente, de forma que essa providência seja tomada antes do vencimento da fatura.

6.5.2 - Em hipótese alguma o CONTRATANTE efetuará o pagamento sem a juntada pela CONTRATADA da documentação exigida.

CLÁUSULA SÉTIMA:- 7. DO PRAZO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - Os contratos terão vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, permitido pela Lei Federal nº 8.666/93 em seu artigo 57, inciso II.

7.1.1 - No ato da assinatura dos contratos, a SEPLADEMA - Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, fará a emissão de Ordens de Serviços com fixação dos prazos para início de execução.

7.1.1.1 - Considerando o rol de serviços que integram o LOTE 01, faz-se necessário ressaltar que a Administração Pública Municipal emitirá Ordens de Serviços individuais e específicas para cada um deles.

7.2 - Em se tratando do LOTE 01, o local indicado para a descarga dos resíduos coletados é o Aterro Sanitário Municipal, localizado no Km 03 da Rodovia SP 127 Estrada Municipal RCL 140, salvo disposições em contrário constantes das respectivas ordens de serviços emitidas pela SEPLADEMA - Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente.



CLÁUSULA OITAVA:- 8. RESPONSABILIDADES

8.1 – A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, combustível, peças, acessórios e outros que decorrem dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando o CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolsos de qualquer valor despendido com esses pagamentos, nos termos do art. 71 da Lei Federal n. 8.666/93.

8.2 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, nos termos do art. 70 da Lei Federal n. 8.666/93.

8.3 – A CONTRATADA deverá manter-se durante todo o prazo de execução contratual, em perfeita compatibilidade com todas as obrigações por ela assumidas, que condicionaram a sua HABILITAÇÃO conforme exigências do EDITAL N. 127/11.

8.4 – A CONTRATADA se compromete a providenciar a substituição dos veículos ou equipamentos, por outros de idênticas especificações, para não ocorrer à interrupção na prestação dos serviços.

8.5 – Na ocorrência de substituição, deverá a CONTRATADA justificar por escrito o seu motivo e identificar qual o veículo e/ou equipamento utilizado em substituição, devendo tal justificativa ser protocolada junto ao Departamento de Licitação.

8.6 – A CONTRATADA se compromete a vincular a prestação dos serviços pelo período da contratação, os veículos e equipamentos necessários a execução dos serviços.

8.7 – Os veículos e equipamentos a serem utilizados pela CONTRATADA estarão sujeitos a fiscalização pelo Órgão responsável quando da emissão da ordem de serviços, bem como durante a fiscalização para confirmação dos dados tratados nos subitens anteriores.

8.8 – A CONTRATADA deverá cooperar na estrita observância dos dispositivos relativos a higiene pública, informando a fiscalização sobre os casos de infração da lei ou de qualquer disposição aplicável à hipótese.

8.9 – A CONTRATADA deverá permitir o livre acesso, em suas dependências, dos servidores da fiscalização do CONTRATANTE, bem como de qualquer pessoa autorizada pela municipalidade, desde que por ela credenciada.

8.10 – A fiscalização exercerá rigoroso controle sobre as quantidades e, particularmente, a qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a ela relativas.

CLÁUSULA NONA:- 9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula deste contrato ou pela inexecução total ou parcial do mesmo, a SEPLADEMA, aplicará as seguintes multas e/ou sanções, de acordo com a infração cometida, sendo garantido o contraditório e a defesa prévia:

9.1.1 - Advertência

9.1.1 - Advertência

9.1.1.1 - Advertência será obrigatoriamente seguida de multa em caso de reincidência.

9.1.2 - Multa de 1% (um por cento) por dia do valor da fatura mensal por coleta não realizada, sem motivo justificado e relevante, até 24 horas.

9.1.3 - Multa de 2% (dois por cento) por dia até o máximo de 10 (dez) dias, do valor da fatura mensal, por:

9.1.3.1 - Falta de uso de uniforme e EPI's pelos funcionários;

9.1.3.2 - Abandono sistemático de sacos de lixo sem serem coletados;

9.1.3.3 - Recolhimento de material não considerado resíduo domiciliar/comercial;

9.1.3.4 - Atraso, injustificado, de mais de 2 (duas) horas no horário fixado para a coleta;

9.1.3.5 - Uso de veículos não padronizados;

9.1.3.6 - Não atendimento às determinações para aumentar a frota e o pessoal;

9.1.3.7 - Coleta com número de veículos incompatíveis com o contrato, prejudicando a operação contratada;

9.1.3.8 - Fraude ou sua tentativa na pesagem dos veículos coletores;

9.1.3.9 - Outras irregularidades consideradas graves, que impliquem em prejuízo do serviço ora licitado, ou na solução de continuidade, ou em prejuízos à população.

9.1.4 - Multa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) por dia até o máximo de 10 (dez) dias, do valor da fatura mensal, por:

9.1.4.1 - Emprego de caminhões em más condições de conservação, prejudicando a eficiência dos serviços;

9.1.4.2 - Catação ou triagem de resíduos pelos coletores durante a coleta;

9.1.4.3 - Execução dos serviços sem cuidado com despejo de detritos nas vias públicas sem a limpeza dos mesmos no local;



CÓPIA

- 9.1.4.4 - Reclamações referentes ao comportamento dos funcionários, regularmente notificadas pelo Município;
- 9.1.4.5 - Solicitação de gratificações;
- 9.1.4.6 - Uso pelos coletores e motoristas, de bebida alcoólica ou substâncias entorpecentes em serviço;
- 9.1.4.7 - Descarga de resíduos em locais não autorizados;
- 9.1.4.8 - Impedir o acesso da fiscalização às oficinas e outras dependências utilizadas pela licitante vencedora;
- 9.1.4.9 - Amontoamento de sacos de lixo nas esquinas, canteiros centrais de vias duplas e em qualquer outro local pelos coletores;
- 9.1.4.10 - Falta de implantação dos contêineres quando regularmente solicitado pelo Município;
- 9.1.4.11 - Atraso superior a 2 (dois) dias na substituição de contêineres extraviados e/ou danificados, após regular notificação pelo Município;
- 9.1.4.12 - Outras irregularidades consideradas de média gravidade, que impliquem em prejuízo dos serviços contratados.
- 9.1.5 - Multa de 1% (um por cento) por dia até o máximo de 10 (dez) dias, do valor da fatura mensal, por:
- 9.1.5.1 - Reclamação não atendida e regularmente notificada pelo Município;
- 9.1.5.2 - Estacionar o veículo em lugar impróprio quando vazio, e que provoque transtorno ao trânsito;
- 9.1.5.2 - Alterar o plano de execução dos serviços sem autorização da Fiscalização;
- 9.1.5.3 - Não fornecimento das informações solicitadas pela fiscalização;
- 9.1.6 - Multa de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da fatura mensal, por dia de atraso na entrega da garantia de contratação, até no máximo 10 (dez) dias.
- 9.1.7 - No que forem compatíveis, os motivos supracitados serão aplicados no caso de descumprimento de obrigações para ambos os LOTES;
- 9.1.8 - Além das multas que poderão ser aplicadas à CONTRATADA inadimplente, as irregularidades mencionadas nos itens anteriores serão anotadas na respectiva ficha cadastral.
- 9.1.9 - A(s) licitante(s) vencedora(s) que não mantiver(em) a proposta, recusar(em)-se a assinar o contrato injustificadamente, falhar ou fraudar na execução do contrato, além da sanção prevista no subitem anterior ficará sujeita ainda à multa de 5% (cinco por cento) do valor proposto pela(s) licitante(s), cuja garantia da proposta será convertida em pagamento.
- 9.1.10 - Nos processos de aplicações de penalidades será assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência da Autuação pela contratada.
- 9.1.11 - As demais penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 serão aplicadas no caso de reincidência dos fatos acima ou faltas consideradas gravíssimas.
- 9.1.12 - O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato sem que nenhum tipo de indenização caiba à CONTRATADA, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, ressalvadas as situações previstas no § 2º do art. 79 ambos, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.
- 9.1.13 - Fica resguardado à CONTRATADA o direito relativo aos casos enumerados nos incisos XIII a XVI do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/96 e suas alterações vigentes.
- 9.1.14 - Aplicam-se ainda no que couberem todas as demais disposições do art. 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.
- 9.1.15 - Poderá ser aplicada ainda, à CONTRATADA, as penas de suspensão temporária de participação em procedimento licitatório e impedimento de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, com o poder público.
- 9.1.16 - A CONTRATADA será civil e criminalmente responsável por todo e qualquer acidente ou danos causados a terceiros na execução dos serviços contratados, mediante a avaliação de culpa pelos órgãos competentes, excluindo o contratante de responsabilidade por estes, inclusive o pagamento de indenizações.
- 9.1.17 - A CONTRATADA deverá atender principalmente, no que forem aplicadas, as normas dos art. 70 e 71 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.
- 9.1.18 - A todas as eventuais autuações impostas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA será garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, com prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA:- 10. DA GARANTIA

10.1 - Fica a CONTRATADA ciente de que a garantia prestada no valor de **R\$ 279.679,15 (duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e setenta e nove reais e quinze centavos)**, que correspondem a 5% (cinco por cento) do valor contratado, de conformidade com o subitem 15.5 do edital, para a execução do LOTE 01, somente será liberada após o recebimento definitivo do cumprimento das obrigações assumidas e serviços executados, mediante atestado fornecido pela



Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, através da autoridade competente, e, desde que cumprido integralmente os objetos contratuais.

10.1.1 - O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado para o respectivo LOTE, assinados pelas partes em até 5 (cinco) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

10.1.2 - O recebimento definitivo somente se efetuará após vistoria feita pelo Secretário Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, que lavrará termo circunstanciado comprovando a adequação dos objetos aos termos contratuais, o qual deverá ser assinado pelas partes, observando-se ainda o disposto no artigo 69 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.1.3 - A CONTRATADA deverá estar ciente de que no caso de acréscimo dos serviços deverá complementar o valor da garantia na mesma percentagem, com o recolhimento da diferença nos mesmos moldes daquela inicialmente prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:- 11. DAS ORDENS DE SERVIÇOS

11.1 - Caberá ao CONTRATANTE a emissão das Ordens de Serviços através do setor competente, em impresso próprio para tanto, contendo com clareza todas as informações necessárias, tais como: número da ordem de serviço, data de sua expedição, nome da empresa contratada, CNPJ, Inscrição Municipal, endereço, telefone, local da prestação do serviço, tipo de serviço a ser prestado, quantificando o número de horas e os veículos e máquinas que serão utilizados no cumprimento das ordens de serviços, contendo a assinatura do Diretor responsável da área de atuação dos serviços.

11.2 - Da mesma forma caberá ao CONTRATANTE efetuar medições dos serviços prestados através das planilhas de medições que deverão conter com clareza todos os dados que identifiquem os números das ordens de serviços as quais se referem, confirmando o seu cumprimento integral, devidamente assinada pelos fiscais designados para tanto pelo Diretor e/ou Secretário da área de atuação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:- 12. CONDIÇÕES INTEGRANTES

12.1 - Fazem parte integrante e indissociável deste contrato, independentemente de transcrições, o EDITAL N. 127/2011 e seus respectivos ANEXOS, que regeram o processo licitatório CONCORRÊNCIA N. 05/2011 e que do mesmo decorre e a conseqüente proposta da CONTRATADA, efetuada com integral cumprimento do EDITAL.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:- 13. - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

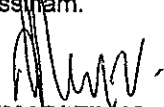
13.1 - As despesas com a execução deste contrato onerará a verba orçamentária própria, codificada sob nº 339039 15 452 6008 2775 (437) do presente exercício.

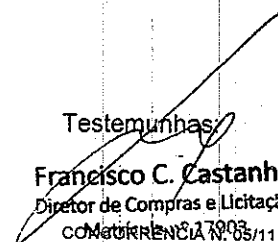
13.1.1 - O(s) período(s) de vigência contratual estipulado(s) nos termos do subitem 7.1 não exime o CONTRATANTE da comprovação de existência de recursos orçamentários aprovados por lei, nos termos do art. 167, Inc. II, da Constituição Federal, para a efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subseqüentes ao da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:- 14. DO FORO

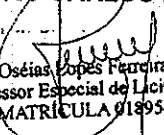
14.1 - As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Rio Claro, Estado de São Paulo, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

E, por haver assim ajustados, após, lido e achado conforme as partes firmaram o presente termo, que foi digitado no Departamento de Compras e Licitação e impresso em 5 (cinco) vias de igual teor, assinado pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA na presença de 2 (duas) testemunhas que também o assinam.


PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Testemunhas:

Francisco C. Castanho
Diretor de Compras e Licitação
CONCORRÊNCIA N. 05/11


AMBIENTELIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
JOÃO CARLOS KENJI CHINEN - Sócio
CONTRATADA


Oséias Lopes Pereira
Assessor Especial de Licitação
MATRÍCULA 018956

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Lei Nº 260 / 2013

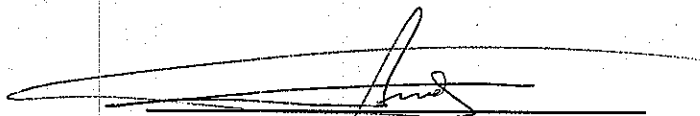
(Autoriza a implantação de placas informativas em Unidades de Saúde do Município).

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal implantar nas Unidades de Saúde do Município, placas informativas, indicando o nome dos profissionais, a especialidade, a data e o horário de atendimento ao Público durante os períodos diurnos e noturnos; horário de início e final de trabalho dos profissionais da área médica e odontológica; nome do responsável pela coordenação da Unidade de Saúde; Telefone do órgão Municipal de Saúde responsável para receber eventuais reclamações.

Art. 2º - As placas a que se refere o artigo anterior serão afixadas na sala principal de acesso, em local visível, objetivando orientar os usuários.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 16 de outubro de 2013


AGNELO DA SILVA MATOS NETO
Vereador PT

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

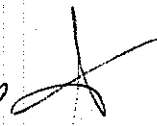
PARECER JURÍDICO Nº 260/2013 REFERENTE PROJETO DE LEI
Nº 260/2013, PROCESSO Nº 13934-329-13.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 260/2013, de autoria do nobre Vereador Agnelo da Silva Matos Neto, que dispõe sobre a autorização da implantação de placas informativas em Unidades de Saúde do Município.

O supracitado Projeto de Lei dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria (art. 30, I, da Constituição Federal e art. 8º, I, da LOM).

Assim, o presente Projeto de Lei visa informar o nome dos profissionais, sua especialidade, data e horário de atendimento dos mesmos nas Unidades de Saúde do Município, além de informar o órgão Municipal de Saúde responsável para receber eventuais reclamações e até mesmo sugestões ou elogios, para um melhor relacionamento com seus usuários.

Devido não ser autorizado ao Poder Legislativo a implantação de projeto de lei que acarrete despesas ao Executivo, a autorização do presente projeto de Lei ao Poder Executivo, não acarretará despesas, devendo a mesma ser regulamentada pelo Executivo para que ocorra o cumprimento da mesma, pois dependerá de previsão orçamentária.

R1P 

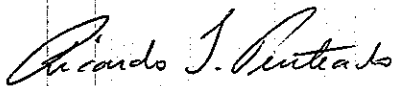
485

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Diante do exposto, e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de legalidade com a ressalva de que seja apresentado emenda aditiva, onde esclareça que cabe ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei, para o seu fiel cumprimento.

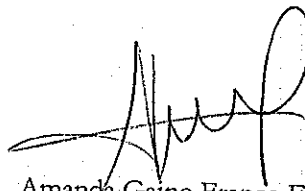
Rio Claro, 31 de outubro de 2013.



Ricardo Teixeira Penteadó

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624



Amanda Gaino Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 260/2013

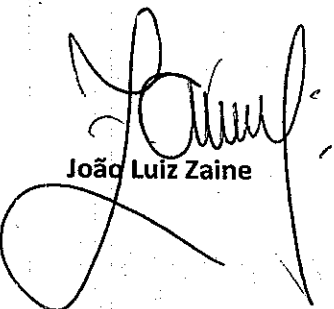
PROCESSO 13.934

PARECER Nº 192/2013

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Agnelo da Silva Matos Neto, autoriza a implantação de placas informativas em Unidades de Saúde do Município.

Esta Comissão opina pela legalidade do mesmo.

Rio Claro, 06 de novembro de 2013.


João Luiz Zaine


Anderson Adolfo Christofolletti
Relator


Geraldo Luis de Moraes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 260/2013

PROCESSO 13.934

PARECER Nº 151/2013

O presente Projeto de do nobre Vereador Agnelo da Silva Matos Neto, autoriza a implantação de placas informativas em Unidade de Saúde do Município.

Projeto de Lei.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do referido

Rio Claro, 28 de novembro de 2013.

José Julio Lopes de Abreu

João Luiz Zaine
Relator

José Pereira dos Santos

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 260/2013

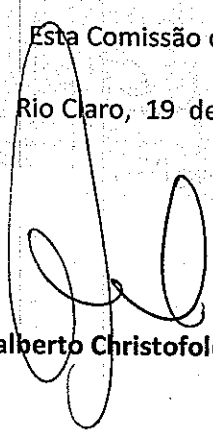
PROCESSO 13.934

PARECER Nº 156/2013

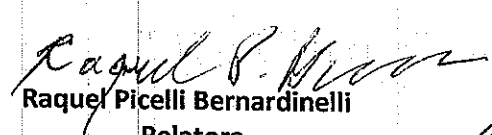
O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Agnelo da Silva Matos Neto, autoriza a implantação de placas informativas em Unidades de Saúde do Município.

Esta Comissão opina pela aprovação do mesmo.

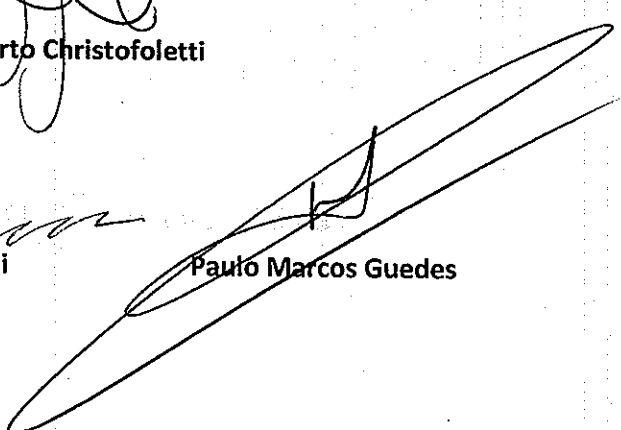
Rio Claro, 19 de novembro de 2013.



Dalberto Christofolletti



Raquel Picelli Bernardinelli
Relatora



Paulo Marcos Guedes

Câmara Municipal de Rio Claro

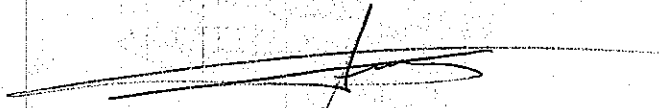
Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR AGNELO MATOS AO PROJETO DE LEI Nº 260/2013.

1) EMENDA MODIFICATIVA – a redação do Artigo 3º passa a ser a seguinte:

Artigo 3º - “Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário e será regulamentada pelo Poder Executivo.”

Rio Claro, 06 de novembro de 2013.



Agnelo Matos
Vereador - PT

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Lei Nº 261 / 2013

“Estabelece a inclusão da história de Ulysses Guimarães junto às escolas das redes Municipais no mês de outubro, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.”

Art. 1º - Fica instituída nas escolas municipais do Município de Rio Claro/SP, a inclusão da história de vida e de sucesso de Ulysses Guimarães.

Art. 2º - A inclusão da história, objeto desta lei, será realizada durante o mês de outubro, preferencialmente na semana do dia 6 de outubro – Dia do Aniversário de Ulysses Guimarães.

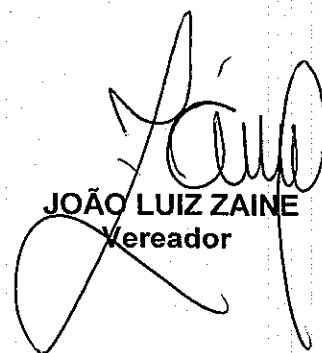
Art. 3º - O objetivo dessa implantação é demonstrar a importância do homem político dentro da democracia.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 17 de Outubro de 2013.


MARIA DO CARMO GUILHERME
Vereadora Líder do PMDB
1ª Secretária


ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI
Vereador


JOÃO LUIZ ZAINE
Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Vereadores,

Temos a honra de submeter à apreciação e aprovação dessa Casa, o Projeto de Lei que institui nas Escolas Municipais de Rio Claro/SP, a história da carreira política de Ulysses Guimarães.

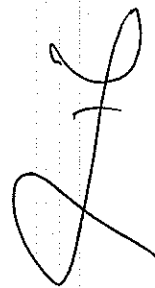
A presente proposta prevê a importância da história política de um grande homem nascido aqui nesse município, assim melhorando o conhecimento e a cultura.

Ulysses Silveira Guimarães nasceu na vila de , hoje distrito do município de , que na época era parte do município de , no . Filho de Ataliba Silveira Guimarães e de dona Amélia Correa Fontes, foi casado com dona Ida de Almeida Guimarães que na época viúva já tinha dois filhos pequenos, Tito Enrique e Celina Ida.

Teve uma vida acadêmica ativa, participando do e exercendo a vice-presidência da (UNE). Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da (USP).

Desta forma a inserção da História de Ulysses Guimarães integrada às escolas municipais de Rio Claro/SP, além de estimular a reflexão e o debate sobre a questão, possibilitará o enriquecimento da cultura e a importância do Homem Político dentro da democracia.

Destarte, pela relevância da matéria, contamos com a aprovação do projeto em questão.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 261/2013 REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 261/2013, PROCESSO 13935-330-13.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Lei nº 261/2013, de autoria dos nobres Vereadores Maria do Carmo Guilherme, Anderson Adolfo Christofolletti, João Luiz Zaine, que estabelece a inclusão da história de Ulysses Guimarães junto às escolas das redes Municipais no mês de outubro, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

DA LEGALIDADE

Esta Procuradoria Jurídica entende pela **legalidade** do Projeto de Lei em apreço pelos seguintes motivos:

1- A competência para dispor sobre a referida matéria é concorrente, ou seja, tanto a iniciativa pode ser do Prefeito Municipal como do Vereador.


R18

493

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

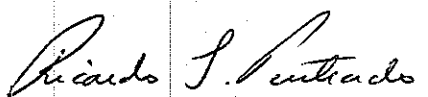
2- A mencionada proposição não acarreta despesas ao erário público.

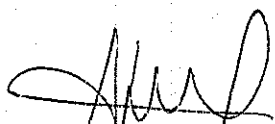
Todavia, vale ressaltar, que esta Procuradoria Jurídica entende que deve ser feito uma emenda para que o presente projeto de lei não incorra em qualquer inconstitucionalidade.

Assim, sugerimos que seja proposta uma emenda substitutiva, alterando o artigo 1º onde no texto original esta "Fica instituída..." pelo texto: "Fica o Poder Executivo autorizado a instituir..."

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei sub análise, reveste-se de **legalidade, com a ressalva acima apontada.**

Rio Claro, 01 de novembro de 2013.


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 261/2013

PROCESSO 13.935

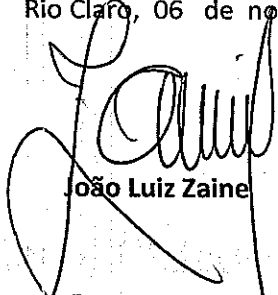
PARECER Nº 193/2013

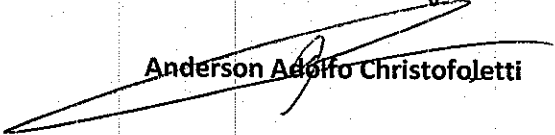
O presente Projeto de autoria dos nobres Vereadores Maria do Carmo Guilherme, Anderson Christofolletti e João Luiz Zaine, estabelece a inclusão da história de Ulysses Guimarães junto às escolas das redes municipais no mês de outubro, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

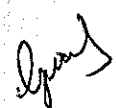
Esta Comissão opina pela legalidade do mesmo com a seguinte Emenda:

EMENDA SUBSTITUTIVA – na redação do artigo 1º onde se lê: “Fica instituída...”. leia-se, “Fica o Poder Executivo autorizado a instituir...”

Rio Claro, 06 de novembro de 2013.


João Luiz Zaine


Anderson Adolfo Christofolletti


Geraldo Luis de Moraes
Relator

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 261/2013

PROCESSO 13.935

PARECER Nº 152/2013

O presente Projeto de dos nobres Vereadores Maria do Carmo Guilherme, Anderson Christofolletti e João Luiz Zaine, estabelece a inclusão da história de Ulysses Guimarães junto às escolas das redes municipais no mês de outubro, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Projeto de Lei.

Esta Comissão opina pela aprovação do referido

Rio Claro, 28 de novembro de 2013.

José Julio Lopes de Abreu
Relator

João Luiz Zaine

José Pereira dos Santos

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 261/2013

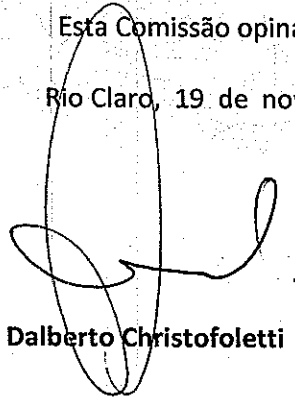
PROCESSO 13.935

PARECER Nº 157/2013

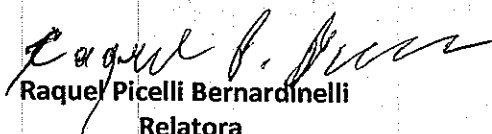
O presente Projeto de autoria dos nobres Vereadores Maria do Carmo Guilherme, Anderson Adolfo Christofolletti e João Luiz Zaine, estabelece a inclusão da história de Ulysses Guimarães junto às escolas das redes municipais no mês de outubro, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Esta Comissão opina pela aprovação do mesmo.

Rio Claro, 19 de novembro de 2013.



Dalberto Christofolletti



Raquel Picelli Bernardinelli
Relatora



Paulo Marcos Guedes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 268 / 2013

(Dispõe sobre a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional Brasileiro, do Hino do Município de Rio Claro, e hasteamento das bandeiras Nacional, Paulista e do Município, nas Escolas Públicas e Privadas de Ensino Fundamental do Município, semanalmente e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica instituído a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional Brasileiro, do Hino do Município de Rio Claro, e hasteamento das bandeiras Nacional, Paulista e do Município, nas Escolas Públicas e Privadas de Ensino Fundamental do Município, semanalmente, de acordo com a Lei Federal nº 12.031, de 21 de Setembro de 2009.

Parágrafo Único – A execução dos Hinos far-se-á em conjunto com o hasteamento das respectivas bandeiras.

Artigo 2º - Os Estabelecimentos de Ensino Público e Privado do Município deverão programar o dia da semana e horário para o cumprimento do ora determinado, bem como, para os procedimentos de arriamento, de acordo com a Lei Federal.

Artigo 3º - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta dias).

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se em sua totalidade a Lei Municipal nº 2553 de 19 de Maio de 1993, e demais disposições em contrário.

Rio Claro, 04 de novembro de 2013



JOSE JULIO LOPES DE ABREU (JULINHO LOPES)
Vereador
Líder do PP
Vice Presidente

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir a obrigatoriedade semanal de execução dos Hinos Nacional e do Município de Rio Claro em todas as Escolas Públicas e Privadas, bem como o hasteamento das respectivas bandeiras.

A obrigatoriedade da execução semanal do Hino Nacional nas escolas públicas e privadas já é prevista na Lei Federal nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, alterada pela Lei nº 12.031, de 21 de Setembro de 2009, justificando a apresentação do Projeto em Tela, incutindo nos alunos o dever cívico, o respeito aos símbolos nacionais e o amor a Pátria.

Valores estes que precisam ser divulgados para despertar nos futuros cidadãos o sentimento cívico, contribuindo para a construção da cidadania.

Destarte, a importância do Projeto de Lei solicito a aprovação dos Nobres Pares,

Rio Claro, 04 de Novembro de 2013.

JOSE JULIO LOPES DE ABREU (JULINHO LOPES)